

Auditoria de manejo florestal realizada
por:



Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa
Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil,
13400.970
Tel: +55 19 3429 0800
www.imaflora.org

Resumo Público de **Auditoria Anual 2017** do Manejo Florestal da:

Celulose Nipo-Brasileira S.A - CENIBRA em **Belo Oriente - MG**

Data do resumo público:	07 de dezembro de 2017
Relatório finalizado:	14 de agosto de 2017
Data de auditoria de campo:	24 a 28 de abril de 2017
Equipe de auditoria:	Guilherme de Andrade Lopes Clarissa Magalhães Érica Fonseca Mariana Miranda Zanetti Maureen Voigtlaender
Coordenador de processo:	Guilherme de Andrade Lopes
Código de certificação:	IMA-MF-0010
Emissão do certificado:	10 de março de 2017
Vencimento do certificado:	25 de julho de 2020
Contato do empreendimento: Endereço do empreendimento:	Sandro Morais Santos Rodovia BR 381, km 172, Distrito Péripétuo Socorro, Belo Oriente, MG, Brasil, CEP 35196-000
Responsável pelo Manejo Florestal	Sandro Morais Santos
Contato do Responsável pelo Manejo Florestal	sandro.morais@cenibra.com.br

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIATURAS	3
1. INTRODUÇÃO	5
2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF	5
3. PROCESSO DE AUDITORIA	22
3.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES	22
3.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA DE CAMPO	23
3.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE AUDITORIA	27
3.3.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO	27
3.3.2. AUDITORIA DE CAMPO	27
3.3.3. PROCESSO DE CONSULTA A PARTES INTERESSADAS	28
3.3.4. TRATAMENTO DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES E IDENTIFICAÇÃO DE NOVAS NÃO CONFORMIDADES 29	
3.3.5. COMISSÃO DE CERTIFICAÇÃO	29
4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS	29
4.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO	29
4.2. TÓPICOS SOBRE PARTES INTERESSADAS	30
4.3. CUMPRIMENTO DE RELATÓRIOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES (NCRs)	33
4.4. VEJA QUAL DIA SUA MÃE PODERIA FICAR COM ELA. SEGUIMENTOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES	34
4.5. DESCRIÇÃO DE NOVAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs)	34
4.6. OBSERVAÇÕES	37
4.7. CONCLUSÕES DE AUDITORIA	39
ANEXO I – Escopo do EMF	40
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas	42
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal	48

SIGLAS E ABREVIações

APIVIR	Associação dos Apicultores de Virginópolis e Região
APP	Área de preservação permanente
ASO	Atestado de Saúde Ocupacional
BR	Brasil
CAT	Comunicado de Acidente de Trabalho
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CIPATR	Comissão de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural
CITES	Convenção Internacional sobre o Comércio de Fauna e Flora em Perigo de Extinção
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COC	Cadeia de custódia (<i>Chain of Custody</i>)
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
DEMAQ	Departamento de Meio Ambiente e Qualidade
DEPLA	Departamento de Planejamento
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
DDS	Diálogo Diário de Segurança
EIA	Estudos de Impactos Ambientais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMF	Empreendimento de manejo florestal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FISPQ	Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos
FM	Manejo Florestal (<i>Forest Management</i>)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFC	Inventário Florestal Contínuo
IFPC	Inventário Florestal Pré-Corte
IMAFLORA	Instituto de Manejo Florestal e Agrícola
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LAO	Licença Ambiental de Operação
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MG	Minas Gerais
MPE	Ministério Público Estadual
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NA ou N/A	Não Aplicável
NCR	Relatório de Não conformidade
NTM	Nota de Transporte de Madeira

OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PCMSO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
PGSSMATR	Programa de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do Trabalho Rural
P&C	Princípios e Critérios
PFNM	Produtos Florestais Não-Madeireiros
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PRAD	Plano de Recuperação de Área Degradada
PTEAS	Planejamento Técnico, Econômico e Ambiental
RL	Reserva Legal
S/A	Sociedade Anônima
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SESTR	Serviço de Segurança do Trabalho Rural
SINDEX	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Vegetal, Carvoejamento, Reflorestamento e Similares do Estado de Minas Gerais
SINDIEXTRA	Sindicato dos trabalhadores nas indústrias extrativas de Minas Gerais
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SIPATR	Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural
SPEVRD	Seca de Ponteiros do Eucalipto do Vale do Rio Doce
SSO	Segurança e Saúde Ocupacional
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UMF	Unidade de Manejo Florestal

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de auditoria de monitoramento anual foi analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal da Celulose Nipo-Brasileira S.A - CENIBRA, de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação. Além deste objetivo principal, esta auditoria visou também:

- Uma análise das ações tomadas para resolver as não conformidades identificadas durante a auditoria anterior;
- O tratamento de eventuais reclamações;
- A verificação da eficácia do sistema de gestão com respeito ao alcance dos objetivos do cliente certificado;
- O progresso de atividades planejadas visando a melhoria contínua;
- O contínuo controle operacional;
- A análise de quaisquer mudanças, e
- O uso de marcas e/ou quaisquer outras referências à certificação.

Este relatório apresenta os resultados dessa auditoria independente conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola).

A seção 4 deste relatório descreve as evidências e conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento às normas da ABNT NBR 14789:2012 e às ações de seguimento solicitadas por meio das não conformidades identificadas.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreendem planejamento de auditorias, avaliações e decisões de certificação e manutenção de certificação, são de responsabilidade do mesmo, não existindo a subcontratação de nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicas.

Resolução de conflitos: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF

O EMF não passou por mudanças significativas no seu sistema de gestão e métodos silviculturais e de colheita florestal desde a última avaliação.

No entanto, o EMF vem sofrendo sucessivas ocupações de terra desde 2013, em três de suas fazendas, denominados de projetos Ipaba e Boachá e parte do projeto Beira Rio, especificamente os talhões 26, 30, 31, 32 e 33, que encontram-se na divisa com os dois projetos acima citados, nos municípios de Ipaba/Caratinga, MG. De acordo com entrevistas e levantamentos realizadas pelo EMF, a invasão ocorre em áreas produtivas com plantios de eucalipto e que não é caracterizado por uma ocupação por movimentos sociais, uma vez que

houve a venda ilegal da propriedade. Atualmente, o EMF não possui gestão sobre as áreas indevidamente ocupadas, sendo que já se identificou um avanço imobiliário com a construção de imóveis em ruas em áreas de APP (projetos Ipaba e Boachá), decorrendo com a supressão da vegetação nativa dessas áreas.

Por essa razão, o EMF solicitou a exclusão total dos projetos Ipaba e Boachá e uma parte do projeto Beira Rio (2,25 hectares de outras áreas) das áreas pertencentes ao escopo de certificação do último monitoramento em 2017. Foram apresentados novos mapas das áreas dos projetos, especificando a parte da área excluída do projeto Beira Rio como área incorporada ao projeto Boachá (denominada como área de REORD). E por meio dessa avaliação também foi verificado que uma área de brejo constava classificada como “outras áreas” e que a partir desse momento passou a ser considerada como “remanescente”, aumentando a área que anteriormente era de 688,05 hectares para 903,84 hectares. (Tabela 1).

Tabela 1. Exclusão de áreas do escopo de certificação (2017)

Fazenda	Município	Áreas (ha)					Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Recuperação **	Outras Áreas ***	
Beira Rio	Caratinga Ipaba	2,25	0,00	0,00	0,00	2,25	Própria
Boachá	Ipaba Caratinga	1.775,57	768,25	885,53	0,00	121,79	Própria
Ipaba	Ipaba Caratinga	992,19	607,97	246,26	0,00	137,96	Própria
TOTAL	————	2.770,01	1.376,22	1.131,79	0,00	262,00	————

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente a conservação; e também áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas à conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

** Outras áreas: estradas, construções, cultivos agrícolas etc.

O EMF também já realizou no sistema GPF/SAP, a alteração do status dos projetos Ipaba e Boachá para “não certificada”, ficando impossibilitado de receber madeira certificada dessas áreas para a cadeia de custódio da organização.

A Tabela 2 descreve e detalha o uso do solo nas áreas que compõem o atual escopo do certificado:

Tabela 2: Áreas atuais no escopo de certificação (2017)

Fazenda	Município	Áreas (ha)					Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Recuperação **	Outras Áreas ***	
Abertura	Catas Altas Mariana	491,12	270,19	197,35	0,00	23,58	Própria
Abre Campo	São Gonçalo do Rio Abaixo	1021,43	469,01	490,91	0,00	61,51	Própria
Achado	Mesquita Santana do Paraíso Ipatinga	659,83	271,51	351,90	0,00	36,42	Própria
Aeroporto I	Sabinópolis São João Evangelista	548,07	326,62	190,41	0,00	31,04	Própria
Aeroporto II	Guanhães	228,23	134,00	80,41	0,00	13,82	Própria

Agregado	Catas Altas	419,63	230,50	168,73	0,00	20,40	Própria
Água Branca	Peçanha	374,58	245,34	111,13	0,00	18,11	Própria
Água Limpa	São Domingos do Prata	162,00	93,88	53,74	0,00	14,38	Própria
Água Preta	Açucena	154,54	75,76	67,50	0,00	11,28	Própria
Água Rasa	Santo Antônio do Itambé Martelândia	779,23	132,92	629,69	0,00	16,62	Própria
Água Suja	Belo Oriente Açucena	2.122,54	1.312,49	630,23	0,00	179,82	Própria
Alemão	São Domingos do Prata	163,96	98,03	38,71	0,00	27,22	Própria
Alemãozinho	São Domingos do Prata	182,49	100,78	74,78	0,00	6,93	Própria
Alexandrino	Virginópolis	471,61	278,00	168,90	0,00	24,71	Própria
Alfié	São Domingos do Prata Nova Era Antônio Dias	937,45	616,85	257,86	0,00	62,74	Própria
Alfié II	Nova Era Antônio Dias	247,74	96,94	127,78	0,00	23,02	Própria
Alto da Pedra	Antônio Dias Santa Maria de Itabira	478,95	205,17	250,92	0,00	22,86	Própria
Amância	Sabinópolis	691,56	450,60	211,35	0,00	29,61	Própria
Anta	Sabinópolis	226,44	65,97	155,55	0,00	4,92	Própria
Arara	Guanhães	64,66	28,33	31,44	0,00	4,89	Própria
Aroeira	Sabinópolis	94,23	37,72	50,96	0,00	5,55	Própria
Arrastão	Ferros Antônio Dias	290,90	132,96	146,91	0,00	11,03	Própria
Aviação	Belo Oriente	345,66	179,32	126,64	0,00	39,70	Própria
Babilônia	Guanhães Sabinópolis	1.510,30	926,90	523,89	0,00	59,51	Própria
Babilônia II	Sabinópolis São João Evangelista	558,75	205,80	329,37	0,00	23,58	Própria
Bagre	Belo Oriente	450,83	275,60	146,99	0,00	28,24	Própria
Baião	Ferros	1.001,70	427,35	542,13	0,00	32,22	Própria
Baixada do Cajá	Santana do Paraíso Belo Oriente	276,47	125,96	118,13	0,00	32,38	Própria
Bamba	Bom Jesus do Amparo São Gonçalo do Rio Abaixo	746,25	439,60	258,49	0,00	48,16	Própria
Baratinha	Coronel Fabriciano Antônio Dias	1.185,16	472,67	628,46	0,00	84,03	Própria
Barbosão I	Ferros Coronel Fabriciano Antônio Dias	618,26	417,74	163,78	0,00	36,74	Própria
Barbosão II	Ferros	976,07	278,33	665,78	0,00	31,96	Própria
Barbosão III	Ferros Coronel Fabriciano	706,30	275,00	394,08	0,00	37,22	Própria
Barbosão IV	Ferros	311,26	132,24	162,87	0,00	16,15	Própria
Barcelona	Paulistas	1.502,71	813,70	583,95	0,00	105,06	Própria

Barra Grande	Joanésia Mesquita	288,83	151,79	118,30	0,00	18,74	Própria
Barreiras	Guanhães	559,34	309,09	222,52	0,00	27,73	Própria
Barretinha	Braúnas Açucena	303,93	160,53	123,32	0,00	20,08	Própria
Barrinha	Antônio Dias	425,04	288,20	113,35	0,00	23,49	Própria
Barro Branco	Santa Bárbara	102,93	66,93	31,79	0,00	4,21	Própria
Barroada	Braúnas	227,23	95,07	112,23	0,00	19,93	Própria
Barroso	Sabinópolis	273,82	143,66	117,76	0,00	12,40	Própria
Batinga	Santana do Paraíso Mesquita	679,90	231,65	390,84	0,00	57,41	Própria
Beira Rio	Caratinga Ipaba	2.229,24	1.205,99	903,84	0,00	119,41	Própria
Bem-Te-Vi	Coroaci Peçanha Virgolândia	797,37	545,67	202,61	0,00	49,09	Própria
Berilo	Nova Era	181,78	84,02	88,15	0,00	9,61	Própria
Bião	Belo Oriente	488,48	259,43	189,97	0,00	39,08	Própria
Bicudo Sabiá	Açucena	369,15	189,94	157,40	0,00	21,81	Própria
Bicudos II	São Domingos do Prata	67,28	33,82	28,08	0,00	5,38	Própria
Bidias	Coroaci	388,47	222,38	147,09	0,00	19,00	Própria
Boa Esperança	Antônio Dias São Domingos do Prata	137,85	57,44	75,40	0,00	5,01	Própria
Boa Noite	Alvinópolis	267,86	138,28	117,19	0,00	12,39	Própria
Boa Sorte	Coroaci	175,63	83,52	80,73	0,00	11,38	Própria
Boa Vista	Peçanha	314,75	149,08	152,01	0,00	13,66	Própria
Boa Vista III	Naque Periquito	1542,92	895,49	516,88	0,00	130,55	Própria
Boa Vista IV	Naque	1.422,57	896,32	418,97	0,00	107,28	Própria
Bocaina	Antônio Dias	481,43	193,20	264,58	0,00	23,65	Própria
Boleira	Belo Oriente	93,77	51,89	36,65	0,00	5,23	Própria
Bom Jardim	Peçanha	404,00	222,15	160,82	0,00	21,03	Própria
Bom Jardim I	Rio Vermelho	896,15	548,36	290,88	0,00	56,91	Própria
Bom Retiro	Nova Era São Domingos do Prata	1438,47	626,80	746,97	0,00	64,70	Própria
Bonito	Guanhães Virgíópolis	424,04	184,99	203,35	0,00	35,70	Própria
Bonssucesso	Sabinópolis	237,09	84,19	137,07	0,00	15,83	Própria
Borges	Virgíópolis Divinolândia de Minas	282,25	173,43	90,65	0,00	18,17	Própria
Brauninha	Belo Oriente	884,00	537,49	267,97	0,00	78,54	Própria
Brejaúba	Gonzaga	236,24	88,08	139,82	0,00	8,34	Própria
Brumadinho	Catas Altas Santa Bárbara	463,06	117,79	326,19	0,00	19,08	Própria

Cabral	Nova Era Itabira	1.061,06	487,61	526,59	0,00	46,86	Própria
Cachoeira	São Gonçalo do Rio Abaixo	998,51	431,54	512,97	0,00	54,00	Própria
Cachoeira Alegre	Sabinópolis Paulistas	396,30	255,92	116,56	0,00	23,82	Própria
Cachoeira Alta	Antônio Dias Santa Maria de Itabira	627,51	349,05	237,59	0,00	40,87	Própria
Cachoeira das Pombas	Guanhães	1.200,39	465,61	667,99	0,00	66,79	Própria
Cachoeira Santa Maria	São Domingos do Prata	102,05	59,50	35,58	0,00	6,97	Própria
Cajá	Belo Oriente Santana do Paraíso	2.067,61	1.159,81	791,43	0,00	116,37	Própria
Caladão	Ipatinga Coronel Fabriciano	890,07	243,58	589,11	0,00	57,38	Própria
Caladão II	Coronel Fabriciano Ipatinga	456,42	120,48	312,06	0,00	23,88	Própria
Caldeireiro	Mariana Alvinópolis	458,21	280,66	141,10	0,00	36,45	Própria
Canavial	São Domingos do Prata	76,55	43,18	23,72	0,00	9,65	Própria
Candeias	Sabinópolis São Antônio do Itambé	1.300,43	533,25	704,44	0,00	62,74	Própria
Canjerana	Peçanha	162,17	83,36	70,28	0,00	8,53	Própria
Canta Galo	Belo Oriente	661,69	436,30	180,67	0,00	44,72	Própria
Capelinha	Santa Maria de Itabira Ferros	916,10	526,64	338,61	0,00	50,85	Própria
Capoeirana	Nova Era Itabira	1.024,04	480,04	487,39	0,00	56,61	Própria
Carapina	Peçanha	324,44	100,49	216,56	0,00	7,39	Própria
Caraúna	Peçanha	226,25	149,98	61,46	0,00	14,81	Própria
Cardeal	Peçanha	212,38	140,39	54,46	0,00	17,53	Própria
Carlos Hosken	Catas Altas	201,26	110,40	81,76	0,00	9,10	Própria
Carmo	Catas Altas	68,53	18,84	47,44	0,00	2,25	Própria
Carona	Peçanha	304,46	194,85	89,79	0,00	19,82	Própria
Carranca	Guanhães	235,83	121,41	97,12	0,00	17,30	Própria
Cascalheira	Periquito Açucena	216,70	0,00	0,00	0,00	216,70	Própria
Cascapau	Catas Altas	388,18	159,39	187,52	0,00	41,27	Própria
Cascata	São Gonçalo do Rio Abaixo Rio Piracicaba	272,01	134,22	121,72	0,00	16,07	Própria
Cascavel	São Domingos do Prata	124,90	75,60	39,69	0,00	9,61	Própria
Cataquinho	Peçanha	678,26	483,56	153,59	0,00	41,11	Própria
Catas Altas I	Catas Altas	342,80	206,67	117,39	0,00	18,74	Própria
Catas Altas II	Catas Altas	1.077,60	758,86	251,91	0,00	66,83	Própria
Catas Altas III	Catas Altas	188,28	113,60	61,75	0,00	12,93	Própria

Catas Altas IV	Catas Altas	273,28	189,17	71,02	0,00	13,09	Própria
Caxambu	Santana do Paraíso	1.539,59	864,23	529,58	0,00	145,78	Própria
Central	Ferros Santa Maria de Itabira Antônio Dias	663,04	324,51	312,20	0,00	26,33	Própria
Chalé	Peçanha	426,48	145,22	265,01	0,00	16,25	Própria
Chapadão	Alvinópolis Mariana	987,95	281,09	677,41	0,00	29,45	Própria
Cidreira	Alvinópolis	36,81	18,10	13,99	0,00	4,72	Própria
Cocais das Estrelas	Antônio Dias Ferros Santa Maria de Itabira	1.176,37	711,64	385,58	0,00	79,15	Própria
Cocais dos Arrudas II	Antônio Dias Coronel Fabriciano Ferros	1683,26	842,75	752,23	0,00	88,28	Própria
Coió	Açucena Braúnas Guanhães	295,22	195,11	80,04	0,00	20,07	Própria
Colibri	Sabinópolis	340,02	141,48	185,30	0,00	13,24	Própria
Colibri II	Sabinópolis	92,77	43,95	44,72	0,00	4,10	Própria
Conquista	São Domingos do Prata	100,52	65,42	25,87	0,00	9,23	Própria
Conquista Berto	Dores de Guanhães Senhora do Porto Guanhães	563,03	201,53	339,76	0,00	21,74	Própria
Conquista dos Alves	Virginópolis	97,99	47,92	46,47	0,00	3,60	Própria
Coqueiro	Martelândia Santo Antônio do Itambé Sabinópolis	1.259,82	289,50	928,10	0,00	42,22	Própria
Coqueria	Periquito	1.473,52	1.071,44	299,50	0,00	102,58	Própria
Cordeiros	Caratinga	1.701,32	686,74	897,58	0,00	117,00	Própria
Cordobrês	Antônio Dias Nova Era	268,97	144,39	108,22	0,00	16,36	Própria
Córrego Campinas	São Domingos do Prata Sem Peixe	50,89	34,98	13,69	0,00	2,22	Própria
Córrego da Coruja	Santana do Paraíso	382,11	219,10	124,10	0,00	38,91	Própria
Córrego Dantas	Guanhães Virginópolis	398,30	210,47	172,96	0,00	14,87	Própria
Córrego das Almas	Peçanha	483,31	178,37	257,51	0,00	47,43	Própria
Córrego das Pedras	Virginópolis Divinolândia de Minas Peçanha	518,39	317,44	173,95	0,00	27,00	Própria
Córrego do Brejo	Santana do Paraíso	1.226,20	857,26	286,97	0,00	81,97	Própria
Córrego do Caboclo	Sem Peixe São Domingos do Prata	203,34	114,22	70,49	0,00	18,63	Própria
Córrego do Caeté	Açucena Guanhães	59,00	35,74	18,26	0,00	5,00	Própria

Córrego do Taquaral	Antônio Dias Ferros	233,48	130,87	94,30	0,00	8,31	Própria
Córrego do Vieira	Coronel Fabriciano	51,14	26,19	24,95	0,00	-	Própria
Córrego dos Cardosos	Coroaci	75,63	26,33	48,04	0,00	1,26	Própria
Córrego dos Dias	São João Evangelista	128,38	72,02	43,42	0,00	12,94	Própria
Córrego dos Machados	Coronel Fabriciano	1.048,61	460,02	534,37	0,00	54,22	Própria
Córrego Frio	Sabinópolis	170,17	105,44	57,98	0,00	6,75	Própria
Córrego Frio II	Sabinópolis	391,91	138,38	245,60	0,00	7,93	Própria
Córrego Fundo	Açucena Periquito	347,79	184,30	131,18	0,00	32,31	Própria
Córrego Grande	Açucena	601,37	216,94	353,78	0,00	30,65	Própria
Córrego Itimirim I	Coluna	385,34	222,63	146,43	0,00	16,28	Própria
Córrego Itimirim II	Coluna Rio Vermelho	367,83	218,06	128,92	0,00	20,85	Própria
Córrego Itimirim III	Coluna Rio Vermelho	245,98	70,05	170,34	0,00	5,59	Própria
Córrego Novo	Caratinga	1.357,48	399,78	753,78	0,00	203,92	Própria
Córrego Parado	Naque	99,06	59,97	33,49	0,00	5,60	Própria
Córrego Perdido	Coronel Fabriciano Ferros	95,00	49,95	33,48	0,00	11,57	Própria
Córrego Preto	Periquito	1.531,81	752,71	243,02	0,00	536,08	Própria
Córrego Preto II	Periquito	396,44	188,96	175,49	0,00	31,99	Própria
Córrego Raso	São João Evangelista	72,31	0,00	59,04	0,00	13,27	Própria
Córrego Saião	Periquito	58,56	34,28	21,27	0,00	3,01	Própria
Córrego Santa Cruz	Periquito	156,69	99,23	44,89	0,00	12,57	Própria
Córrego São Pedro	Coroaci Peçanha	446,21	174,41	258,27	0,00	13,53	Própria
Corrente Canoa Adelino	Guanhães	160,69	108,80	44,30	0,00	7,59	Própria
Corrente Canoa Carvalho	Sabinópolis	1.521,70	947,78	498,49	0,00	75,43	Própria
Corrente Canoa Gercy	Sabinópolis Guanhães	327,70	187,77	122,85	0,00	17,08	Própria
Corrente Canoa I	Sabinópolis São João Evangelista Guanhães	646,35	349,25	276,90	0,00	20,20	Própria
Corrente Canoa II	Sabinópolis	300,37	196,30	85,18	0,00	18,89	Própria
Correntinho I	Sabinópolis São Antônio do Itambé Martelândia	1.513,93	882,99	541,80	0,00	89,14	Própria
Correntinho II	Sabinópolis	173,01	81,60	75,71	0,00	15,70	Própria
Cristais	Coroaci	534,41	363,87	146,41	0,00	24,13	Própria

	Peçanha						
Cubas	Ferros	230,32	97,32	120,09	0,00	12,91	Própria
Cuiabá	Catas Altas	35,87	22,21	10,82	0,00	2,84	Própria
Cuité	Santa Maria de Itabira Ferros	832,62	421,50	371,25	0,00	39,87	Própria
Cumbuca	Iapu	429,64	194,03	221,63	0,00	13,98	Própria
Cume	Barão de Cocais	498,73	241,89	221,00	0,00	35,84	Própria
Cumeeira	Coronel Fabriciano Joanésia Ferros	849,39	461,34	340,94	0,00	47,11	Própria
Curió	São Domingos do Prata Nova Era	134,06	89,04	35,33	0,00	9,69	Própria
Curral de Pedra	Mariana Alvinópolis	1.135,32	422,26	675,13	0,00	37,93	Própria
Cururu I	Santa Bárbara	895,54	483,53	361,89	0,00	50,12	Própria
Cururu II	Santa Bárbara São Gonçalo do Rio Abaixo	464,11	272,23	163,71	0,00	28,17	Própria
Darcy	Sardoá Gonzaga	377,16	166,05	197,79	0,00	13,32	Própria
Diamantino	Santana do Paraíso	59,05	0,00	58,38	0,00	0,67	Própria
Dionísios	Peçanha	758,06	472,79	248,42	0,00	36,85	Própria
Divinolândia	Divinolândia de Minas Gonzaga	567,36	344,95	189,94	0,00	32,47	Própria
Do Barro	Peçanha Divinolândia de Minas Virginópolis	97,61	52,13	42,86	0,00	2,62	Própria
Do Carvão	São Domingos do Prata	136,29	0,00	135,09	0,00	1,20	Própria
Domingues	São Domingos do Prata	359,66	219,04	109,29	0,00	31,33	Própria
Donatos	Sardoá	554,43	315,75	208,81	0,00	29,87	Própria
Duas Barras	Itabira	452,16	238,96	159,19	0,00	54,01	Própria
Dutatu	Coronel Fabriciano	174,86	90,14	56,46	0,00	28,26	Própria
Egas I	Barão de Cocais	731,70	413,33	280,74	0,00	37,63	Própria
Egas II	Barão de Cocais Bom Jesus do Amparo	1.139,14	615,50	471,66	0,00	51,98	Própria
Engenho	Santa Bárbara	433,85	260,17	148,43	0,00	25,25	Própria
Engenho da Serra	Alvinópolis	11,80	7,99	2,74	0,00	1,07	Própria
Escadinha	Coroaci	342,47	123,52	196,71	0,00	22,24	Própria
Escola	Virginópolis	117,01	41,57	72,18	0,00	3,26	Própria
Esmeralda	Itabira Nova Era	631,41	213,39	391,83	0,00	26,19	Própria
Esperança	Belo Oriente Mesquita	309,21	148,15	146,76	0,00	14,30	Própria
Estiva	Itabira Santa Maria de Itabira	551,40	283,26	232,33	0,00	35,81	Própria
Fábrica	Belo Oriente	1.528,65	577,58	527,52	0,00	423,55	Própria

Fagundes	Nova Era Itabira	1.093,30	337,64	690,00	0,00	65,66	Própria
Favas	Alvinópolis Mariana	160,21	58,67	93,75	0,00	7,79	Própria
Fazenda Aricanga	Peçanha	283,47	177,29	0,00	0,00	106,18	Arrendada
Fazenda Barro Amarelo	Peçanha	75,38	37,59	0,00	0,00	37,79	Arrendada
Fazenda Cristais	Coroaci	130,00	90,22	0,00	0,00	39,78	Arrendada
Fazenda Estiva I	Coroaci	77,27	45,98	0,00	0,00	31,29	Arrendada
Fazenda Fábrica	Cantagalo	237,00	188,56	0,00	0,00	48,44	Arrendada
Fazenda Grotta dos Gonçalves	Sabinópolis	70,00	51,89	0,00	0,00	18,11	Arrendada
Fazenda Recanto Presídio	Belo Oriente	308,80	240,71	0,00	0,00	68,09	Arrendada
Fazenda Retiro das Pinheiras	Sabinópolis	123,00	78,76	0,00	0,00	44,24	Arrendada
Fazenda Souto	Coroaci	123,00	97,22	0,00	0,00	25,78	Arrendada
Fazenda Taquaral	Dores de Guanhães	349,75	251,90	0,00	0,00	97,85	Arrendada
Felicina	Periquito Açucena Naque	427,23	228,16	173,73	0,00	25,34	Própria
Fernandes	Ferros Joanésia Coronel Fabriciano	962,00	558,32	334,42	0,00	69,26	Própria
Figueirinha	Gonzaga	283,60	139,90	130,02	0,00	13,68	Própria
Florália	Santa Bárbara São Gonçalo do Rio Abaixo	1.192,51	593,55	529,93	0,00	69,03	Própria
Fundão II	Santa Maria de Itabira Antônio Dias Ferros	831,33	337,79	453,94	0,00	39,60	Própria
Funil	Gonzaga	172,17	65,20	95,36	0,00	11,61	Própria
Furquilha	Belo Oriente	567,67	315,34	223,60	0,00	28,73	Própria
Gaivotas	Virginópolis Divinolândia de Minas	301,24	197,69	85,34	0,00	18,21	Própria
Gamela	Mesquita Joanésia	273,37	136,65	116,67	0,00	20,05	Própria
Gamelinha	Peçanha	173,25	85,88	73,42	0,00	13,95	Própria
Garajau e Peixe	Ferros Antônio Dias	520,65	236,13	259,03	0,00	25,49	Própria
Garajau e Peixe III	Ferros	223,04	111,65	95,95	0,00	15,44	Própria
Garajau I	Divinolândia de Minas	203,88	94,98	96,33	0,00	12,57	Própria
Garajau II	Divinolândia de Minas Virginópolis	210,51	134,15	64,00	0,00	12,36	Própria
Garapa	Belo Oriente Santana do Paraíso	1403,27	837,18	463,63	0,00	102,46	Própria

Garrafinha	Santana do Paraíso	807,82	520,22	227,51	0,00	60,09	Própria
Gaspar I	Santa Bárbara Rio Piracicaba	975,05	587,93	324,21	0,00	62,91	Própria
Gaspar II	Santa Bárbara	1.122,59	518,06	540,93	0,00	63,60	Própria
Gaspar III	Santa Bárbara	751,43	404,30	308,69	0,00	38,44	Própria
Gasparzinho	Rio Piracicaba	576,44	291,28	255,35	0,00	29,81	Própria
Germana	Coroaci	131,01	69,03	52,48	0,00	9,50	Própria
Godinho	Peçanha	963,59	719,16	175,10	0,00	69,33	Própria
Goiabal	Belo Oriente	1.160,18	818,60	269,24	0,00	72,34	Própria
Gongo Soco	Barão de Cocais Caeté	532,58	240,48	262,72	0,00	29,38	Própria
Gravatá	Peçanha	399,60	209,26	166,23	0,00	24,11	Própria
Grilo	Belo Oriente	307,82	134,66	159,34	0,00	13,82	Própria
Grota	Peçanha	122,58	84,27	26,40	0,00	11,91	Própria
Grota Do Mono	Sabinópolis	195,60	84,51	104,59	0,00	6,50	Própria
Guará	Virginópolis	123,63	83,59	31,19	0,00	8,85	Própria
Guaxo	Sabinópolis	51,81	27,26	21,73	0,00	2,82	Própria
Heraldo	Antônio Dias Ferros	373,05	225,65	129,09	0,00	18,31	Própria
Homero	Virginópolis	278,87	198,59	63,73	0,00	16,55	Própria
Horácio	Coroaci Peçanha	347,34	240,03	86,90	0,00	20,41	Própria
Igrejinha	Santa Maria de Itabira	186,39	9,90	148,46	0,00	28,03	Própria
Imbaúba	Sabinópolis Guanhães	385,89	146,47	228,21	0,00	11,21	Própria
Indaiá	Peçanha	113,90	46,95	64,01	0,00	2,94	Própria
Inhambú	Guanhães	439,73	209,05	151,50	0,00	79,18	Própria
Ipabinha	Santana do Paraíso	1.339,81	817,81	423,73	0,00	98,27	Própria
Ipanema	Ipatinga Coronel Fabriciano Santana do Paraíso	1.146,61	514,64	556,25	0,00	75,72	Própria
Irmãos Ferreira	Catas Altas Alvinópolis Mariana	469,37	267,07	163,48	0,00	38,82	Própria
Itajuru	Santa Bárbara	127,33	61,33	47,57	0,00	18,43	Própria
Itapagi	Alvinópolis Mariana	881,01	354,41	486,81	0,00	39,79	Própria
J. Leôncio	Virginópolis	185,61	118,68	53,00	0,00	13,93	Própria
J. Pereira	Itabira	695,03	381,07	282,16	0,00	31,80	Própria
Jacú	Peçanha	47,32	24,43	19,76	0,00	3,13	Própria
Jacutinga	Peçanha Virginópolis	187,48	145,57	30,94	0,00	10,97	Própria
Jacutinga I	Peçanha	302,62	214,08	71,91	0,00	16,63	Própria
Jacutinga II	Peçanha Virginópolis	1.140,74	763,83	317,42	0,00	59,49	Própria

Jambreiro	São João Evangelista Sabinópolis Paulistas	1.856,30	1299,09	450,20	0,00	107,01	Própria
Jambreiro II	São João Evangelista	414,79	255,99	144,43	0,00	14,37	Própria
Jandáia	Coroaci	73,23	42,03	27,93	0,00	3,27	Própria
Januária	Açucena	168,25	48,92	115,05	0,00	4,28	Própria
Jararaca I	Catas Altas Santa Bárbara	146,51	97,00	45,38	0,00	4,13	Própria
Jararaca II	Catas Altas Santa Bárbara	71,34	56,41	9,46	0,00	5,47	Própria
Jatobá I	Antônio Dias	1.242,90	757,77	339,98	0,00	145,15	Própria
Jatobá II	Antônio Dias	622,54	286,69	269,22	0,00	66,63	Própria
Jatobá III	Santa Maria de Itabira Antônio Dias	471,01	244,10	170,08	0,00	56,83	Própria
João de Deus	São Gonçalo do Rio Abaixo	541,36	262,66	251,12	0,00	27,58	Própria
Lagoa Bonita	Caratinga Bom Jesus do Galho	1.861,06	1.002,27	640,53	0,00	218,26	Própria
Lagoa Cristal	Bom Jesus do Galho Marliéria	1.960,87	1.227,03	529,34	0,00	204,50	Própria
Lagoa da Prata	Santana do Paraíso	1.135,56	618,03	321,48	0,00	196,05	Própria
Lagoa das Piabas	Córrego Novo	2.521,19	1.659,21	613,63	0,00	248,35	Própria
Lagoa do Brito	Córrego Novo	1646,73	959,80	530,58	0,00	156,35	Própria
Lagoa do Jacinto	Bom Jesus do Galho Caratinga	1.793,91	1062,40	574,65	0,00	156,86	Própria
Lagoa do Piau	Caratinga	1.394,47	455,59	603,90	0,00	334,98	Própria
Lagoa e Costa	Guanhães Sabinópolis	383,81	165,74	198,08	0,00	19,99	Própria
Lagoa Grande I	Guanhães	391,89	224,25	149,24	0,00	18,40	Própria
Lagoa Grande II	Guanhães Sabinópolis	1.303,78	805,92	398,57	0,00	99,29	Própria
Lagoa Hortência	Bom Jesus do Galho Pingo D'Água	2.122,76	1.493,72	440,96	0,00	188,08	Própria
Lagoa Nova	Caratinga Bom Jesus do Galho	1.425,75	619,74	650,01	0,00	156,00	Própria
Lagoa Perdida	Caratinga Bom Jesus do Galho	1.476,27	962,70	379,29	0,00	134,28	Própria
Lagoa Redonda	Bom Jesus do Galho Pingo D'Água Marliéria	1.271,49	683,73	415,80	0,00	171,96	Própria
Lagoa Silvana	Caratinga	173,06	115,98	34,77	0,00	22,31	Própria
Lagoa Teobaldo	Antônio Dias	406,15	163,21	222,57	0,00	20,37	Própria
Lagoa Tiririca	Pingo D'Água Córrego Novo Bom Jesus do Galho Marliéria	1.804,57	1.066,52	474,54	0,00	263,51	Própria
Lajeado	Sabinópolis	161,22	84,46	67,69	0,00	9,07	Própria
Lambatu	Santa Maria de Itabira	482,03	195,32	252,28	0,00	34,43	Própria

Liberdade	Santa Maria de Itabira Nova Era Itabira Antônio Dias	985,69	313,29	624,96	0,00	47,44	Própria
Limeira	Periquito Açucena	942,91	114,34	513,67	0,00	314,90	Própria
Lobeira	Sabinópolis	64,78	37,14	25,12	0,00	2,52	Própria
Lontra	Sardoá Gonzaga	53,73	36,37	13,15	0,00	4,21	Própria
Lorena	Virgolândia Coroaci	101,51	16,43	82,53	0,00	2,55	Própria
Macedinho	Açucena Belo Oriente	311,15	108,99	181,81	0,00	20,35	Própria
Macedônia	Ipaba Bugre	2.639,75	1.008,17	1.421,50	0,00	210,08	Própria
Macuco Queixada	Divinolândia de Minas	789,33	378,18	356,33	0,00	54,82	Própria
Madeira I	Virginópolis Peçanha	375,68	234,30	117,74	0,00	23,64	Própria
Manguinha	Sabinópolis	132,79	56,93	72,86	0,00	3,00	Própria
Maravilha	Mariana Alvinópolis	1105,61	548,89	498,49	0,00	58,23	Própria
Marcocem	Santana do Paraíso	771,34	505,55	193,43	0,00	72,36	Própria
Marieta	Santa Bárbara	157,48	80,55	67,21	0,00	9,72	Própria
Marola	Belo Oriente	1.213,92	693,80	418,54	0,00	101,58	Própria
Mato Grosso	Catas Altas	103,23	41,95	56,53	0,00	4,75	Própria
Mato Virgem	Alvinópolis	42,75	27,94	9,59	0,00	5,22	Própria
Matuzalém	Coroaci	219,12	147,87	51,72	0,00	19,53	Própria
Milagre	Belo Oriente	1.194,43	629,68	510,42	0,00	54,33	Própria
Minervino	Açucena Guanhães	167,98	79,34	76,76	0,00	11,88	Própria
Mirante	Ferros	1.424,37	628,59	737,43	0,00	58,35	Própria
Mongais	Antônio Dias Coronel Fabriciano	808,51	509,83	236,01	0,00	62,67	Própria
Monges	Antônio Dias Nova Era	523,68	102,58	395,55	0,00	25,55	Própria
Montanha II	São Domingos do Prata	129,93	67,11	54,50	0,00	8,32	Própria
Moreira	Guanhães	178,54	45,28	104,13	0,00	29,13	Própria
Morro Agudo	Nova Era São Domingos do Prata	1.002,58	567,63	371,61	0,00	63,34	Própria
Morro da Cela	São Domingos do Prata	281,08	172,06	81,70	0,00	27,32	Própria
Morro do Chapéu	Itabira Bela Vista de Minas	1551,70	686,07	743,55	0,00	122,08	Própria
Morro do Cuité	Ferros Antônio Dias	321,42	157,64	148,99	0,00	14,79	Própria
Morro do São Pedro	Santa Maria de Itabira Antônio Dias	183,98	91,00	77,76	0,00	15,22	Própria
Mucuri	Itabira Santa Maria de Itabira	513,15	205,11	281,29	0,00	26,75	Própria

Muquirana	Naque	47,45	15,33	28,18	0,00	3,94	Própria
Nadir	Açucena	272,18	107,38	145,51	0,00	19,29	Própria
Nascimento	Peçanha	184,18	121,61	50,92	0,00	11,65	Própria
Nossa Senhora da Penha	Peçanha São João Evangelista	186,14	123,11	54,53	0,00	8,50	Própria
Nova Estrela	Coronel Fabriciano Antônio Dias	121,60	54,73	50,53	0,00	16,34	Própria
Olaria	Antônio Dias	1.231,40	687,19	446,69	0,00	97,52	Própria
Oliveira	Peçanha	275,78	170,48	93,10	0,00	12,20	Própria
Oliveiros	Guanhães Braúnas	421,25	162,20	240,00	0,00	19,05	Própria
Ouro Fino	Alvinópolis	589,46	261,04	293,83	0,00	34,59	Própria
Paciência	Santa Bárbara Catás Altas	525,17	384,28	111,67	0,00	29,22	Própria
Paíol	Alvinópolis Catás Altas	425,70	219,91	182,60	0,00	23,19	Própria
Palmeiras I	Antônio Dias Santa Maria de Itabira	555,20	274,47	241,25	0,00	39,48	Própria
Palmital	Peçanha	60,72	38,42	16,96	0,00	5,34	Própria
Panelão	Guanhães Braúnas	334,07	142,77	182,68	0,00	8,62	Própria
Panorama	Sabinópolis São João Evangelista	486,57	192,18	276,72	0,00	17,67	Própria
Pantana	Peçanha	336,85	166,12	144,78	0,00	25,95	Própria
Pantanal	Peçanha	174,55	96,41	64,11	0,00	14,03	Própria
Paraguá	São Antônio do Itambé Martelândia	599,85	198,78	382,02	0,00	19,05	Própria
Paraíso	Catás Altas	348,71	203,36	124,97	0,00	20,38	Própria
Passa Dez	Alvinópolis	471,22	237,25	208,22	0,00	25,75	Própria
Pau Mulato	Mariana	502,96	0,00	496,50	0,00	6,46	Própria
Paulistas	Antônio Dias	283,76	153,19	106,41	0,00	24,16	Própria
Pavão	Peçanha	916,61	595,16	271,24	0,00	50,21	Própria
Peão	Ferros Santa Maria de Itabira	909,11	481,41	366,19	0,00	61,51	Própria
Pedra Branca	Ferros Santa Maria de Itabira	616,04	229,43	240,79	0,00	145,82	Própria
Pedra Furada	Bela Vista de Minas Nova Era Itabira	632,11	185,03	291,34	0,00	155,74	Própria
Penhora I	Guanhães	1.015,48	507,06	446,46	0,00	61,96	Própria
Penhora II	Guanhães	538,67	229,14	276,57	0,00	32,96	Própria
Perobas	São Gonçalo do Rio Abaixo	654,80	318,06	310,49	0,00	26,25	Própria
Pessoa	Santa Maria de Itabira Antônio Dias	351,62	115,35	225,21	0,00	11,06	Própria
Petí	São Gonçalo do Rio Abaixo Santa Bárbara	895,53	529,40	310,45	0,00	55,68	Própria

Pica-Pau	Sabinópolis	591,11	288,70	286,16	0,00	16,25	Própria
Piçarrão I	Nova Era Antônio Dias	1.062,43	497,16	470,64	0,00	94,63	Própria
Piçarrão II	Nova Era	139,93	81,93	47,45	0,00	10,55	Própria
Piedade	Braúnas	191,55	113,74	62,91	0,00	14,90	Própria
Pinhão	Antônio Dias Coronel Fabriciano	985,92	633,12	293,48	0,00	59,32	Própria
Pintassilgo	Açucena Braúnas	93,43	54,29	34,38	0,00	4,76	Própria
Pitanga	Braúnas Guanhães	817,10	260,07	526,77	0,00	30,26	Própria
Placa	São Gonçalo do Rio Abaixo Santa Bárbara	1.873,12	1054,04	703,88	0,00	115,20	Própria
Pompéu	Açucena	948,46	591,96	282,98	0,00	73,52	Própria
Ponte Coronel	São Gonçalo do Rio Abaixo	572,96	282,08	258,26	0,00	32,62	Própria
Prequeté	Antônio Dias Nova Era São Domingos do Prata	266,02	47,39	199,49	0,00	19,14	Própria
Primavera	São João Evangelista	274,70	148,20	107,07	0,00	19,43	Própria
Quartel	Guanhães	1341,08	400,48	811,39	0,00	129,21	Própria
Quirinos	Peçanha	175,90	105,72	61,81	0,00	8,37	Própria
Raizada	Sardoá Gonzaga Divinolândia de Minas	115,09	62,33	44,89	0,00	7,87	Própria
Remi	Sabinópolis	43,01	11,24	30,61	0,00	1,16	Própria
Renascença	Açucena	178,48	102,77	63,46	0,00	12,25	Própria
Renovação	São Gonçalo do Rio Abaixo	420,14	195,23	196,80	0,00	28,11	Própria
Resplendor	Naque Açucena	148,42	82,35	50,00	0,00	16,07	Própria
Retalhado	Antônio Dias	399,04	182,21	196,83	0,00	20,00	Própria
Retiro	São Domingos do Prata	77,49	46,39	24,97	0,00	6,13	Própria
Riacho dos Portéis	Nova Era Antônio Dias	864,38	407,45	413,33	0,00	43,60	Própria
Ribeirão Água Branca	Peçanha Virginópolis	224,16	92,97	124,97	0,00	6,22	Própria
Ribeirão do Boi	Caratinga Bom Jesus do Galho	1.387,70	704,09	399,96	0,00	283,65	Própria
Ribeirão do Bugre	Coroaci	425,78	186,09	228,41	0,00	11,28	Própria
Ribeirão do Mono	Coroaci	589,00	251,58	321,30	0,00	16,12	Própria
Ribeirão Grande	Antônio Dias Coronel Fabriciano	1.258,03	690,97	463,57	0,00	103,49	Própria
Ribeirão Grande II	Antônio Dias	1.033,46	536,84	449,02	0,00	47,60	Própria
Ribeirão São José	Itabira	300,55	107,93	171,76	0,00	20,86	Própria
Ribeiro	Nova Era	206,01	114,46	73,14	0,00	18,41	Própria

Rio Branco	Bugre Ipaba	1.723,15	763,77	840,58	0,00	118,80	Própria
Rio Corrente	Governador Valadares Periquito	163,78	82,84	71,83	0,00	9,11	Própria
Rio Doce	Iapu Bugre	1.412,64	820,31	514,48	0,00	77,85	Própria
Rio Guanhães	São Antônio do Itambé Sabinópolis	1.215,03	262,17	794,68	0,00	158,18	Própria
Rubro Negro	Açucena	955,78	520,48	364,06	0,00	71,24	Própria
Rufinos	Sardoá Divinolândia de Minas	166,73	96,35	56,69	0,00	13,69	Própria
Sabiá	Peçanha	130,57	84,29	34,48	0,00	11,80	Própria
Sabinópolis I	Sabinópolis	295,82	210,71	68,60	0,00	16,51	Própria
Sabinópolis II	Sabinópolis	256,21	151,32	90,95	0,00	13,94	Própria
Sabinópolis III	Sabinópolis Guanhães	996,76	677,98	275,47	0,00	43,31	Própria
Sabinópolis IV	Sabinópolis	158,55	112,15	35,66	0,00	10,74	Própria
Sabinópolis V	Sabinópolis	121,57	79,77	36,46	0,00	5,34	Própria
Sabinópolis VI	Sabinópolis	336,77	221,22	98,21	0,00	17,34	Própria
Sabinópolis VII	Sabinópolis	178,67	97,40	69,19	0,00	12,08	Própria
Samóra	Virginópolis Divinolândia de Minas	235,61	111,30	111,32	0,00	12,99	Própria
Santa Clara	Santa Maria de Itabira	420,40	198,54	203,41	0,00	18,45	Própria
Santa Cruz	Peçanha	246,68	170,61	66,98	0,00	9,09	Própria
Santa Juliana	Ferros	439,31	204,64	214,12	0,00	20,55	Própria
Santa Rita I	Peçanha Virginópolis	569,24	410,90	127,51	0,00	30,83	Própria
Santa Rita II	Peçanha São João Evangelista	194,12	138,09	44,17	0,00	11,86	Própria
Santa Rita III	Peçanha	108,12	48,21	53,30	0,00	6,61	Própria
Santana	Peçanha	83,25	53,80	24,27	0,00	5,18	Própria
Santeiro	Antônio Dias Nova Era	130,44	67,79	55,14	0,00	7,51	Própria
Santinho	Paulistas Sabinópolis	151,15	89,99	53,63	0,00	7,53	Própria
Santo Antônio I	Peçanha	45,21	21,20	20,04	0,00	3,97	Própria
Santo Antônio II	Nova Era Bela Vista de Minas	509,29	222,35	251,17	0,00	35,77	Própria
São Francisco	Açucena	196,77	112,45	67,83	0,00	16,49	Própria
São João Evangelista I	São João Evangelista	796,40	457,45	301,77	0,00	37,18	Própria
São João Evangelista II	São João Evangelista	656,57	410,85	214,71	0,00	31,01	Própria
São Joaquim	Antônio Dias	133,57	34,61	95,47	0,00	3,49	Própria
São José	Coronel Fabriciano Ipatinga	982,36	426,80	506,03	0,00	49,53	Própria
São José das Mandiocas	Itabira Santa Maria de Itabira	340,43	127,27	192,92	0,00	20,24	Própria

São Leonardo I	Peçanha Coroaci	756,25	532,49	160,26	0,00	63,50	Própria
São Leonardo II	Peçanha Coroaci	206,58	145,19	49,52	0,00	11,87	Própria
São Leonardo III	Peçanha	825,80	511,11	271,66	0,00	43,03	Própria
São Lourenço	Bugre	1.088,38	470,67	550,90	0,00	66,81	Própria
São Mateus	Açucena	60,03	33,34	19,87	0,00	6,82	Própria
São Pedro	Coroaci Peçanha	467,37	239,27	195,25	0,00	32,85	Própria
São Sebastião do Baixo	Periquito	97,61	58,04	29,27	0,00	10,30	Própria
Sapucaia	Peçanha	340,79	212,55	112,89	0,00	15,35	Própria
Seabra	Coroaci	363,00	152,30	197,25	0,00	13,45	Própria
Serra	Marliéria	205,00	96,47	102,29	0,00	6,24	Própria
Serra do Gongo	Caeté Barão de Cocais	1.105,35	645,49	412,84	0,00	47,02	Própria
Serra do Macuco	Sabinópolis	325,40	106,58	200,36	0,00	18,46	Própria
Serra do Pinho	Catas Altas	154,13	79,25	68,46	0,00	6,42	Própria
Serra Negra	Coroaci	611,08	415,48	156,59	0,00	39,01	Própria
Serra Negra II	Coroaci	92,41	43,64	42,41	0,00	6,36	Própria
Serrinha	Itabira	402,88	131,62	252,33	0,00	18,93	Própria
Sertão	Bela Vista de Minas	315,93	150,08	150,68	0,00	15,17	Própria
Simião	Açucena	519,08	194,18	287,61	0,00	37,29	Própria
Soalheiro	Virginópolis Divinolândia de Minas	87,30	68,67	13,02	0,00	5,61	Própria
Sobrado	Paulistas Sabinópolis	603,02	268,87	302,57	0,00	31,58	Própria
Socorro	Barão de Cocais	501,61	286,97	187,43	0,00	27,21	Própria
Sorós	Belo Oriente	867,86	534,30	280,07	0,00	53,49	Própria
Soveno	Mesquita Coronel Fabriciano Joanésia	422,98	221,59	166,08	0,00	35,31	Própria
Tabueiro	Ferros	115,92	44,45	66,49	0,00	4,98	Própria
Tamanduá	Belo Oriente	1582,03	1003,45	430,73	0,00	147,85	Própria
Tambu	Ferros	320,45	201,87	99,47	0,00	19,11	Própria
Taquaraçu I	Peçanha Virgolândia Coroaci	115,94	42,36	70,74	0,00	2,84	Própria
Taquaraçu II	Ferros	338,73	162,28	155,61	0,00	20,84	Própria
Taquaral	Antônio Dias	465,39	256,65	187,67	0,00	21,07	Própria
Teixeiras	Catas Altas Alvinópolis	115,27	60,64	47,88	0,00	6,75	Própria
Tijuco Preto	Marliéria	202,63	111,78	82,01	0,00	8,84	Própria
Tijuqueiro	Antônio Dias	315,27	140,96	153,81	0,00	20,50	Própria

	Santa Maria de Itabira						
Timirim	Coronel Fabriciano Ferros	61,89	25,28	32,01	0,00	4,60	Própria
Tio Patinhas	Nova Era	183,38	88,89	83,04	0,00	11,45	Própria
Togó	Alvinópolis	77,37	29,93	39,21	0,00	8,23	Própria
Travessão	Mesquita Ipatinga Santana do Paraíso Coronel Fabriciano	163,62	30,08	128,50	0,00	5,04	Própria
Travessia	Gonzaga Divinolândia de Minas	130,66	77,78	46,10	0,00	6,78	Própria
Três Barras	Coroaci Virgolândia	830,89	511,84	290,28	0,00	28,77	Própria
Três Morros	Guanhães	489,09	149,19	226,83	0,00	113,07	Própria
Trevo	Santana do Paraíso	735,87	401,80	299,70	0,00	34,37	Própria
Trindade	Antônio Dias Coronel Fabriciano	747,08	441,97	235,27	0,00	69,84	Própria
Tronqueira	Virginópolis	180,13	109,06	59,18	0,00	11,89	Própria
Tucano	Sabinópolis	63,44	30,88	28,40	0,00	4,16	Própria
Turvo	Marliéria	346,21	150,02	178,28	0,00	17,91	Própria
Vai e Volta	Antônio Dias	263,59	160,63	90,10	0,00	12,86	Própria
Vale do Sabiá	Santa Maria de Itabira	537,34	308,29	190,75	0,00	38,30	Própria
Vale Verde	Caratinga	443,09	326,73	67,46	0,00	48,90	Própria
Valéria I	Santa Bárbara	1.184,10	874,43	225,52	0,00	84,15	Própria
Valéria II	Santa Bárbara Catas Altas	1.043,49	696,38	275,25	0,00	71,86	Própria
Varão	Gonzaga	454,47	275,96	142,69	0,00	35,82	Própria
Vargem Alegre	São Gonçalo do Rio Abaixo Itabira	1.090,02	576,85	440,31	0,00	72,86	Própria
Vargem do Machado	Rio Vermelho	969,00	60,48	899,33	0,00	9,19	Própria
Vargem Grande	Açucena Braúnas	307,40	205,75	77,68	0,00	23,97	Própria
Varginha	Barão de Cocais Santa Bárbara	323,29	201,71	102,58	0,00	19,00	Própria
Ventura	Santa Bárbara	399,76	253,96	116,60	0,00	29,20	Própria
Vida Nova	Peçanha	135,01	56,80	74,86	0,00	3,35	Própria
Virginópolis	Virginópolis	1.088,41	746,87	290,21	0,00	51,33	Própria
Vista Alegre	Periquito	284,15	169,48	92,40	0,00	22,27	Própria
Vitória	Coronel Fabriciano	69,98	23,47	32,91	0,00	13,60	Própria
Viturino	Periquito	397,35	154,14	144,02	0,00	99,19	Própria
Volta Redonda	Açucena	313,99	188,23	98,39	0,00	27,37	Própria
TOTAL	—————	248.815,83	129.116,68	100.919,48	0,00	18.779,67	—————

3. PROCESSO DE AUDITORIA

3.1. Auditores e qualificações

a) Análise de conformidade da documentação

Nome do auditor	Guilherme de Andrade Lopes	Atribuições do auditor	Auditor líder.
Qualificações	Coordenador de certificação florestal do Imaflora/Rainforest Alliance. Doutor e Mestre em recursos florestais pela ESALQ/USP, Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Lavras, MG, com experiência de mais de quinze anos como consultor e gestor em empresas de base florestal. Conduziu mais de 60 avaliações FSC de manejo florestal de plantações. Possui treinamento na norma ISO 19.011 para atuar como auditor do sistema de gestão de qualidade e meio ambiente e formação de auditor líder de sistemas de qualidade e meio ambiente e formação de auditor líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14001.		

b) Auditoria de campo

Nome do auditor	Guilherme de Andrade Lopes	Atribuições do auditor	Auditor líder
Qualificações	Coordenador de certificação florestal do Imaflora/Rainforest Alliance e auditor líder de certificação florestal. Doutor e Mestre em recursos florestais pela ESALQ/USP, Engenheiro Florestal pela Universidade Federal de Lavras, MG, com experiência de 20 anos como consultor e gestor em empresas de base florestal (plantações). Conduziu mais de 70 avaliações FSC de manejo florestal de plantações. Possui treinamento na norma ISO 19011 para atuar como auditor do sistema de gestão de qualidade e meio ambiente, formação de auditor líder de sistemas de gestão para o processo de certificação ISO 14001 e Treinamento de Formação de Auditores e Equipe Interna de Manejo Florestal Sustentável - CERFLOR.		
Nome do auditor	Clarissa Magalhães	Atribuições do auditor	Auditores social
Qualificações	Doutoranda em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Energia pela UFABC (Área Ambiente e Sociedade), SP. Antropóloga pela UNICAMP, SP. Consultora especialista em programas de apoio à implementação de gestão participativa e agendas socioambientais junto a instituições dos três setores, com larga experiência em planejamento e gestão de projetos. Experiência pregressa junto ao sindicalismo rural, tendo coordenado programa de formação de dirigentes na Escola Sindical São Paulo. Já participou em mais de 35 processos de certificação florestal, especialmente de grandes empresas do país. Possui formação adicional em cursos de atualização para auditores FSC e CERFLOR pelo Imaflora/ Rainforest Alliance.		
Nome do auditor	Érica Fonseca	Atribuições do auditor	Auditores
Qualificações	Engenheira florestal, Msc. em Produção Vegetal. Profissional com 13 anos de experiência adquiridos nas áreas de Inventário Florestal, Planejamento Florestal e Análises Econômicas. Atuou em grandes empresas do sul e nordeste do país, onde		

	foi responsável pelo planejamento, qualidade, processamento, análise e divulgação de resultados de inventário florestal. Participou de estudos de expansão florestal em fábricas do Paraná, especializando-se em gerar e analisar cenários de planejamento estratégico. Atualmente, como consultora técnica, elabora mapeamento de processos e indicadores de gestão e qualidade, além de diagnósticos de produtividade e qualidade florestal. Possui formação adicional em cursos de atualização para auditores do Imaflora/ Rainforest Alliance.		
Nome do auditor	Mariana Miranda Zanetti	Atribuições do auditor	Auditores
Qualificações	Consultora e auditora social. Socióloga formada pela UFSCar, com especialização em Responsabilidade Socioambiental pela FGV. Sólida experiência na área socioambiental e certificação FSC, com atuação nas áreas de Responsabilidade Social Corporativa e Gestão Socioambiental em empresas florestais dos setores de papel e celulose e madeira (plantações e manejo de nativas). Possui treinamento como auditora social e certificação FSC pelo Imaflora e IPEF/IDGES.		
Nome do auditor	Maureen Voigtlaender	Atribuições do auditor	Auditores
Qualificações	Engenheira Florestal, Mestre, Doutora em Ciências e Pós-doutoranda em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, com experiência nas áreas de conservação e silvicultura de ecossistemas florestais. Possui formação em cursos internos de auditores ministrados pelo IMAFLORA e formação adicional em curso de ISO 14001:2015 (Lead Assessor) e treinamento de Formação de Auditores e equipe interna de Manejo Florestal Sustentável (CERFLOR).		

3.2. Cronograma de auditoria de campo

Data	Localização / sítios principais	Principais atividades
24/04/2017	Escritório Florestal (Belo Oriente/MG)	- Reunião de abertura - Deslocamento de parte da equipe para regionais de Nova Era e Guanhães/MG - Definição da logística de campo
25/04/2017	Lagoa Grande II (Guanhães-Sabinópolis/MG)	- Capina química manual - Plantio/irrigação - Adubação - Restauração ambiental - Entrevista com trabalhadores próprios - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Sabinópolis II (Sabinópolis/MG)	- Controle de formiga - Entrevista com trabalhadores próprios - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Sabinópolis IV (Sabinópolis/MG)	- Manutenção de estradas florestais - Entrevista com trabalhadores terceiros

		<ul style="list-style-type: none"> - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Sabinópolis VI (Sabinópolis/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Carregamento e transporte florestal - Entrevista com trabalhadores próprios - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Comunidade Cocais das Estrelas (Antônio Dias/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos sociais - Consulta à partes interessadas
	Comunidade Bom Jesus da Boa Vista (Virginópolis/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta à partes interessadas
	Lagoa Grande (Virginópolis/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta à partes interessadas
	Vargem Alegre (São Gonçalo do Rio Abaixo/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Plantio/irrigação - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros - Entrevista com trabalhadores próprios
	Valeria I (Santa Bárbara/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção de estradas florestais - Pátio Costa Lacerda - Depósito de produtos químicos - Depósito de resíduos - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros - Entrevista com trabalhadores próprios
	Peti (Santa Bárbara/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Projeto Rio Doce	<ul style="list-style-type: none"> - Colheita mecanizada - Baldeio de madeira - Comboio de abastecimento de máquinas - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho. - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.
	Projeto Rio Branco	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de iscas formicidas para controle de formigas - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho. - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.

	Projeto Beira Rio	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de herbicida com aplicador costal - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho. - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.
	Fazenda Macedônia	<ul style="list-style-type: none"> - Área de alto valor para conservação - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais.
26/04/2017	Sede (Guanhães/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Depósito de produtos químicos - Depósito de resíduos
	Almoxarifado	<ul style="list-style-type: none"> - Depósito de produtos químicos - Depósito de resíduos
	Pompéu (Açucena/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Colheita Florestal Mecanizada - Baldeio - Entrevista com trabalhadores próprios - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Panelão (Guanhães/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Área de incorporação - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Oliveiros (Guanhães/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Área de incorporação - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Projeto Parceria Agrícola Santa Marta STTR Ipaba (Ipaba/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos sociais - Consulta à partes interessadas
	Secretaria de Obras – Departamento de Meio Ambiente e Agricultura Ipaba (Ipaba/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos sociais - Consulta à partes interessadas
	Comunidade Esperança, Aviação (Belo Oriente/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos sociais - Consulta à partes interessadas
	Projeto Serra do Macuco (Sabinópolis/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos sociais - Consulta à partes interessadas
	Comunidade Bamburral, Pompéu (Açucena/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta à partes interessadas
Baratinha (Coronel Fabriciano/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Capina química mecanizada - Obras de infraestrutura - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros 	

		- Entrevista com trabalhadores próprios
Olaria (Antônio Dias/MG)		- Pátio Cocais (recebimento de madeira certificada) - Entrevista com trabalhadores próprios
Cocais das Arrudas (Coronel Fabriciano/MG)		- Colheita Florestal Mecanizada - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros - Entrevista com trabalhadores próprios
Ribeirão Grande (Coronel Fabriciano/MG)		- Recuperação de área degradada - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
Projeto Água Suja		- Colheita com motosserra em área de madeira quebrada por vento - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho. - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.
Viveiro Florestal		- Sistema de produção de mudas - Depósito de químicos do viveiro florestal - Entrevista com trabalhadores
Córrego do Brejo		- Adubação manual em coveta lateral - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho. - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.
Projeto Cajá		- Preparo de solo mecanizado - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho. - Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.
Projeto Milagre		- Preparo de solo e realinhamento de plantio - Condições gerais de estradas. - Situação geral das áreas destinadas à conservação. - Estado geral dos plantios comerciais. - Entrevistas com trabalhadores. - Áreas de vivência, alimentação na frente de trabalho.

		- Utilização e estado geral de EPIs e uniformes. - Estado geral de máquinas, ferramentas e veículo de transporte de trabalhadores.
27/04/2017	Escritório Florestal (Belo Oriente/MG)	- Avaliação documental - Reunião de consolidação
28/04/2017	Escritório Florestal (Belo Oriente/MG)	- Reunião de encerramento
Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 50 = número de auditores participando 05 multiplicado pela média de número de dias gastos na preparação, visita de campo, e acompanhamento pós-visita, incluindo consultas com partes interessadas 10		

3.3. Descrição das etapas de auditoria

3.3.1. Análise de conformidade da documentação

Tem por objetivo realizar a análise da conformidade da documentação anteriormente enviada, em particular quanto a sua disponibilidade, organização e recuperação.

3.3.2. Auditoria de campo

A auditoria de campo é realizada nas dependências do empreendimento para analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal do empreendimento de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação.

Durante a fase de avaliação de campo a equipe cumpriu as seguintes etapas:

- Análise de documentos do EMF – a documentação foi analisada para a obtenção de uma base de informações sobre o histórico recente, as atividades, o processo produtivo e detalhes sobre questões ambientais e sociais da operação florestal.

- Seleção de locais – juntamente com os responsáveis pelo manejo florestal a equipe revisou a documentação enviada pela empresa e, de posse dos mapas e das informações sobre as frentes de trabalho, selecionou os sítios a serem visitados. Priorizou-se a avaliação dos sítios com frentes de trabalho, buscando-se a amostragem de diferentes prestadores de serviços, situações topográficas e operações, amostrando-se adicionalmente outros aspectos como áreas de conservação e pesquisa, eventuais denúncias e documentação em escritório. A composição da amostragem e a decisão de visitas da equipe nas diferentes áreas considerou a distribuição regional das unidades de manejo.

- Consolidação parcial de equipe – no final de cada dia de trabalho foram efetuadas reuniões de equipe, presenciais ou por telefone, para análise dos dados observados, revisão de documentação (procedimentos de manejo florestal, políticas, plano de manejo etc.) e definição das atividades do dia seguinte.

- Discussão interna e apresentação preliminar dos resultados – após reunião da equipe para consolidação das principais constatações da avaliação, foi apresentado à direção da empresa um resumo dos pontos positivos e negativos observados, incluídos no relatório de avaliação.

3.3.3. Processo de consulta a partes interessadas

Durante a auditoria de monitoramento anual são conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais e outras partes interessadas objetivando:

- Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos;
- Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais; e
- Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

A consulta pública prévia compreendeu as seguintes etapas:

- Chamada para o evento e lançamento da consulta na página eletrônica do Imaflora (www.imaflora.org) no dia 24/03/2017;
- Desenvolvimento de anúncio para a Rádio Grande Vale FM em Ipatinga (MG), com abrangência nos municípios de Ipatinga, Belo Oriente Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Caratinga, Santana Paraiso e outros 30 municípios. Divulgado durante o período de 22 a 24/04/2017, totalizando 15 inserções comuns em horários diferenciados;
- Desenvolvimento de anúncio para o Jornal Diário do Aço de Ipatinga/MG, com abrangência nos municípios de Ipatinga, Belo Oriente, Coronel Fabriciano e Timóteo divulgado no dia 21/04/2017;
- Envio, por e-mail, de comunicado e link dos documentos da certificação para as partes interessadas no processo e retorno, conforme abaixo:

Classificação da parte interessada	Número de pessoas/entidades informadas	Número de pessoas/entidades consultadas ou que ofereceram algum comentário
ONGs Ambientais	08	00
ONGs Sociais	06	00
Sindicato	02	04
Organizações governamentais	03	01
Comunidades	10	38
Prest. Serviços	10	00
Instituições Acadêmicas	16	00
Outros	05	00
Colaboradores do Rainforest Alliance	03	00
Colaboradores do FSC	02	00
Colaboradores do Imaflora	25	00
Auditores Externos	48	00
Trabalhadores próprios	00	100
Trabalhadores terceiros	00	71

O relatório automático do sistema de envio dos e-mails (Constant Contact) mostra que 138 e-mails foram enviados, sendo que 33 foram abertos e 05 tiveram seus links acessados, mas 26 e-mails não foram recebidos pelo destinatário por motivos diversos. Esse sistema de envio filtra

os e-mails em duplicidade e considera apenas uma vez o envio. Não foi recebido retorno através do e-mail consultapublica@imaflora.org.

3.3.4. Tratamento de não conformidades anteriores e identificação de novas não conformidades

Durante a semana de auditoria foram levantadas evidências para verificar as ações corretivas e preventivas implementadas para o atendimento de não conformidades aplicadas durante processos anteriores.

Caso sejam identificadas novas não conformidades durante esta auditoria, o empreendimento deverá definir e implementar ações corretivas e preventivas para seu atendimento, dentro dos prazos especificados.

3.3.5. Comissão de certificação

Este relatório de auditoria de monitoramento anual passará pela avaliação da comissão de certificação para validação da decisão de manutenção ou não do certificado do empreendimento, tomada pela equipe do Imaflora.

4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

4.1. Análise de conformidade da documentação

Foram analisados os seguintes documentos disponibilizados pelo empreendimento certificado:

- AAVC
- COC
- Inspeção veicular
- PTEAS
- Programa de monitoramentos ambientais
- RESUMO PUBLICO_PMF_CNB_2017
- 2016_PLANO MANEJO - 02-06-2016
- Pragas e doenças
- Prevenção de incêndios
- 2016_RecTecSilvicultura 2017 V01_Felipe_V24
- 2017_P0375 Monitoramento e Melhoria Qualidade Solo_Guilherme
- Próprio Cenibra
- Terceiro Embrater
- Terceiro Moraes
- Terceiro Império
- Terceiros Wamag
- Corredor CENIBRA
- LAIA
- Lista de verificação PTEAS – Alemãozinho
- P0508 LAIA
- P0632 - Colheita Florestal Semimecanizada
- P0656- Manejo e recuperação
- P0656- Manejo e recuperação

- Plano de manejo
- Relatório Final Mapeam
- Relatórios sobre ações possessórias em andamento
- Planilha de Acompanhamento de Conflitos de Terra (V.1)
- PO552- Comunicação com partes interessadas – Corporativo (V. 14)
- Análise crítica da comunicação com parte interessada – 2016
- Registros de comunicação com partes interessadas (2006 a 2017)
- Mapa de comunidades
- Relatório Comunidades Tradicionais (Junho/2012 versão 3)
- Relatório de sítios com valor histórico, cultural, ecológico, religioso, arqueológico ou espeleológico (Belo Oriente, agosto 2004)
- Relatórios de visitas de campo das equipes sociais em pré-operação (2016)
- PTEAS das comunidades visitadas
- EIA 2008
- PO552 - Comunicação com partes interessadas – Corporativo (V. 14)
- Diagnóstico da Regional de Belo Oriente
- Base atualizada de Partes Interessadas
- Análise crítica da comunicação com parte interessada – 2016
- Registros de comunicação com partes interessadas (2006 a 2017)
- Relatórios de projetos
- Relatório sobre Índice de Sustentabilidade Cenibra para projetos de geração de renda nas comunidades das áreas de atuação (2015-2016)
- Ficha de avaliação de projetos sociais (individual / coletivo) janeiro a dezembro 2016

Aspectos de disponibilidade, organização e recuperação dos documentos examinados foram considerados adequados pelo auditor.

Com fundamento no exame efetuado, concluiu-se pela conformidade da documentação examinada.

4.2. Tópicos sobre partes interessadas

Durante o processo de consulta às partes interessadas, a equipe de auditoria recebeu comentários de trabalhadores e partes interessadas externas. Foram resumidos a seguir os principais itens identificados pela equipe de avaliação, descrevendo-se os encaminhamentos e eventuais resultados definidos pela equipe de auditoria.

Comentário 1: Demandas sociais

A organização não distribui mais os materiais escolares para crianças carentes.

A organização poderia:

- Gerar mais empregos.
- Abrir o caminho de acesso ao cemitério, que hoje é realizado apenas por uma trilha de terra em área de declive.
- Apoiar uma reforma do posto de saúde.
- Apoiar a instalação de rede de saneamento na comunidade; hoje todo o rejeito das casas vai para o ribeirão. Houve ideia de instalação de fossas sépticas com modelo da Embrapa, mas não deu certo por causa da dificuldade de manutenção e seria necessária a instalação de uma ETE.
- Apoiar a implantação de uma praça.

A comunidade fica à beira de uma rodovia com muito movimento de grande parte do transporte de madeira da organização. Foi realizada uma parceria entre o Estado de MG (DER) para implantação de uma ciclovia, a qual foi iniciada com má qualidade e está paralisada.

Resposta Imaflora:

A distribuição de materiais escolares foi interrompida em 2010, por motivo de reestruturação dos projetos sociais e optou-se por investir em ações diretamente vinculadas aos impactos das atividades de manejo e à presença da organização na região.

Foi verificado em auditoria que as demandas recebidas pela organização, por meio de ofício são tratadas e respondidas. Houve casos em que as demandas chegaram ao conhecimento da organização durante a auditoria e seguirão o mesmo fluxo.

Foi verificado que a organização está ciente do caso levantado pela comunidade, que houve a tentativa de composição de acordo com o DER para a busca de solução às demandas da comunidade. A rodovia é estadual e tem movimento de outras empresas de extração na região. A organização recebeu essa demanda de moradores por meio da equipe de auditoria e responderá à comunidade.

Comentário 2: Impactos das operações florestais

O transporte de madeira causa muita poeira, o caminhão-pipa que molha não dá conta, seria bom que os trechos fossem asfaltados. Abastecimento de caminhão-pipa de 12 a 32 mil litros em locais com pouca disponibilidade de água. O barulho da colheita noturna incomoda muito.

Resposta Imaflora:

Foi verificado em auditoria que:

- Alguns impactos avaliados pela organização junto às comunidades como, por exemplo, o barulho de colheita noturna, não constam nas ferramentas de planejamento das operações, foi emitida a OBS #02/17.
- Existem comunidades nas quais as atuais ferramentas de diálogo disponibilizadas pela organização (0800, Fale Conosco, site e e-mail, equipes sociais e operacionais, comissões de monitoramento de odor e transporte) não estão sendo suficientemente eficazes para garantir uma comunicação efetiva com algumas comunidades. Foi emitida a OBS #06/17.
- Comentários e reclamações de partes interessadas, bem como possíveis tratativas, não estão sendo devidamente registrados pela organização, foi emitido o NCR #04/17.
- A organização não vem realizando análise crítica sobre a efetividade das medidas tomadas para mitigação de impactos das operações florestais, foi emitido o NCR #03/17.
- Em entrevistas com os gestores da organização, para quantidades pequenas de uso da água, é dispensada outorga para captação de água.

Comentário 3: Impactos ambientais

Há áreas de topo de morro com eucaliptos plantados.

Resposta Imaflora:

A organização empreendeu o estudo “Metodologia para delimitação de APPs em topos de morros segundo o novo Código Florestal brasileiro utilizando sistemas de informação geográfica” para identificar essas áreas para adequação ao Novo Código Florestal brasileiro, Lei nº 12.651/2012. Em auditoria não foram identificadas pela equipe de auditoria áreas em

situação como a descrita durante reunião com comunidade quilombola localizada em rota de transporte de madeira. A organização abordará temas ambientais em reuniões com as comunidades.

Comentário 4: Projetos sociais

O projeto de agricultura:

- É muito importante porque ajuda a garantir o acesso à aposentadoria rural, fornece alimentos para as famílias e dá alguma renda mensal extra.
- Teve uma queda de produção por causa do período de seca dos anos passados, seria importante um sistema de irrigação. Foi implantada uma parte de rede de irrigação, mas a água da região secou e o motor da bomba foi roubado.
- Tem dificuldade para comercializar a produção excedente.
- Não tem policiamento que garanta a segurança de pessoas e equipamentos na área e há muitos eventos perigosos.
- Está sem assistência técnica rural, que deveria ser provida pela gestão municipal.

O projeto de artesanato precisa da cessão de um equipamento da prefeitura para fazer um teste piloto, mas o prefeito não assina o documento de cessão.

Há projetos estratégicos sendo desenhados em parceria entre a organização e a prefeitura como, por exemplo, o projeto do viveiro de mudas de árvores nativas voltado aos presidiários.

Resposta Imaflora:

Os projetos sociais da organização respondem aos impactos regionais avaliados e são documentados. Entretanto, os indicadores e metas definidos para o seu monitoramento e avaliação não são suficientes para garantir a efetividade de seus resultados, foi emitido o NCR #03/17.

Comentário 5: Demissões de trabalhadores

Demissões de trabalhadores doentes após regresso do INSS e reintegração ao trabalho. Atualmente, há 11 trabalhadores necessitando de tratamento médico, mas não estão se tratando com medo de serem penalizados com demissões. Dois casos específicos de trabalhadores desligados por motivo de saúde.

Caso 1: trabalhador com incapacidade laborativa, considerado apto pela equipe médica da organização e posteriormente desligado.

Caso 2: trabalhador que possui apenas 20% da capacidade de funcionamento do pulmão foi afastado pelo INSS e posteriormente reintegrado ao trabalho após ser considerado apto pelo INSS e médico do trabalho da organização. O trabalhador teria sido desligado após uma semana de reintegração. Sindicato solicita continuação do Plano de Saúde até conseguir aposentar o trabalhador por invalidez.

Resposta Imaflora/Rainforest Alliance:

Durante auditoria foram conduzidas entrevistas com a parte interessada reclamante e com os responsáveis pelo departamento de RH e Saúde Ocupacional da organização. Foram analisados os documentos dos dois casos citados pela parte reclamante. A organização informa que disponibiliza para os trabalhadores exames complementares como hemograma, urina, fezes, mamografia para mulheres e exames de eletrocardiograma, urologista e oftalmologista para trabalhadores acima de 40 anos. No momento, não há nenhum caso de trabalhadores afastados por doenças ocupacionais.

Caso 1: na auditoria documental foi avaliado o ASO do trabalhador realizado em abril de 2016; com exame clínico geral considerando o trabalhador apto para exercer a atividade de trabalhador florestal (aplicação de calcário). Posteriormente, em 15 de julho de 2016 foi encaminhado um ofício do SINDEXT solicitando o cancelamento do aviso prévio demissional argumentando sobre o estado de saúde do trabalhador. A solicitação foi acatada pela organização. O trabalhador solicitou aposentadoria por invalidez em agosto de 2016, a qual foi deferida por motivos de “incapacidade laborativa”.

Caso 2:

Na auditoria documental foram avaliados os cartões-ponto do trabalhador, contracheque, formulário de entrega de EPIs, consulta à situação de beneficiários do Plano de Saúde, o PCMSO e o laudo médico emitido pelo INSS. De acordo com a avaliação do PCMSO a doença que o trabalhador apresenta não está relacionada aos riscos das atividades por ele exercidas, não se configurando doença do trabalho. O INSS considerou o trabalhador apto para o reingresso ao trabalho e a equipe médica da empresa corroborou o laudo do INSS, ele foi reintegrado no dia 01/02/2017, porém foi desligado em 03/04/2017. Nas entrevistas a partes interessadas realizadas na auditoria foi verificado que houve negociação entre o sindicato e a empresa para extensão do pagamento de três meses de plano de saúde integral individual para o trabalhador, enquanto o sindicato busca a aposentadoria do trabalhador por invalidez junto ao INSS. Entretanto, diante das evidências obtidas nas entrevistas e análise documental, especialmente o laudo do INSS (documento conclusivo), não foi verificada não conformidade com a legislação brasileira ou com o padrão CERFLOR.

Comentário 6: Fornecimento de EPI

Trabalhadores que atuam na aplicação de herbicida dispunham de apenas um macacão e não realizam a higiene do EPI após o uso. Recentemente, a organização forneceu mais um macacão adicional, mas não há local adequado para trocar de roupa em campo.

Resposta Imaflo:

Durante auditoria de campo e entrevistas com os trabalhadores foi evidenciado que a organização disponibiliza dois macacões para trabalhadores que realizam a aplicação de agroquímicos (herbicida). A disponibilização do EPI adicional está funcionando há 3 meses. As instalações sanitárias nas frentes de trabalho estão em acordo com o disposto na NR-31, com condições sanitárias e ambientais adequadas para os trabalhadores e a realidade local.

4.3. Cumprimento de relatórios de não conformidades anteriores (NCRs)

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicada durante auditorias anteriores. Para cada NCR solicitado são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. Falhas no cumprimento dos NCRs podem resultar na sua conversão para não conformidades maiores com prazo de cumprimento de três meses e risco de suspensão/cancelamento do certificado. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

Categorias de situação	Explicação
Encerrado	A operação cumpriu satisfatoriamente o NCR.
Aberto	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> o NCR.

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertos a serem revisadas).

4.4. Seguimentos de não conformidades anteriores

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertas a serem revisadas ou todos os NCRs foram encerrados durante este monitoramento anual).

4.5. Descrição de novas não conformidades encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

• **Não conformidade Maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não conformidades menores em um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.

• **Não conformidade Menor** é uma não conformidade não usual, temporária ou não sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

NCR #	01/17	Classificação da NC	Maior	Menor X
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 1.2.b.			
Seção do Relatório	Anexo III.			
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas				
<i>1.2. b) evidências de que as áreas limítrofes da área de manejo florestal, onde vivem as comunidades locais, estão identificadas e são respeitadas.</i>				
<u>Não-conformidade:</u> As comunidades locais não foram completamente identificadas nas áreas limítrofes da UMF.				
<u>Evidências:</u> Uma revisão dos mapas das comunidades afetadas encontra-se em fase de andamento e está previsto o trabalho de caracterização dessas comunidades. Entretanto, a organização não possui um planejamento ou cronograma para a realização desse trabalho.				
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.			
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.			
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE			
Informações obtidas para	PENDENTE			

avaliação das evidências	
Situação do NCR	ABERTO
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	02/17	Classificação da NC	Maior	Menor X
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 1.3.d.			
Seção do Relatório	Anexo III.			
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas				
1.3.d. <i>Evidencia de que são tomadas medidas junto aos prestadores de serviços, visando a sua conformidade com a legislação trabalhista, tributária, previdenciária, normas regulamentadoras do trabalho, acordos e convenções coletivas.</i>				
<u>Não-conformidade:</u> Descumprimento de atendimento à conformidade com a legislação trabalhista e de saúde e segurança do trabalho.				
<u>Evidências:</u> Foi evidenciado indício de pagamento de prêmio de produção sem formalização do benefício na folha de pagamento em uma das EPS com atuação na área de manejo florestal e a ausência de registros de alguns exames médicos nos ASOs, conforme indicados no PCMSO de duas EPSs com atuação na área de manejo florestal.				
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.			
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.			
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE			
Informações obtidas para avaliação das evidências	PENDENTE			
Situação do NCR	ABERTO			
Comentários (opcional)	N/A.			

NCR #	03/17	Classificação da NC	Maior	Menor X
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.b.			
Seção do Relatório	Anexo III.			
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas				
5.1.b) <i>evidência de ações para evitar, mitigar ou, quando aplicável, compensar impactos sociais e econômicos negativos significativos decorrentes.</i>				

Não-conformidade:

Não são definidos indicadores e metas consistentes para a verificação da efetividade dos resultados obtidos com as medidas de mitigação de impactos associados às operações florestais e com os projetos sociais implantados pela organização.

Evidências:

Com relação aos impactos advindos diretamente das operações florestais, foi verificado que não há análise crítica para verificação da efetividade dos resultados das medidas de mitigação. Quanto aos programas de desenvolvimento social, foi verificado que, apesar de existir um conjunto de indicadores e metas estabelecidas, estes não respondem diretamente aos objetivos estabelecidos em cada projeto e não são suficientemente consistentes para a avaliação da efetividade dos resultados e tomada de decisão sobre ajustes que devem ser realizados (Relatórios de projetos; Relatório sobre Índice de Sustentabilidade Cenibra para projetos de geração de renda nas comunidades das áreas de atuação, 2015-2016; Ficha de avaliação de projetos sociais (individual / coletivo) janeiro a dezembro 2016).

Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE
Informações obtidas para avaliação das evidências	PENDENTE
Situação do NCR	ABERTO
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	04/17	Classificação da NC	Maior	Menor X
Norma e Requisito		ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.2.c.		
Seção do Relatório		Anexo III.		

Descrição da não conformidade e evidências relacionadas

5.2. c) *evidência de recebimento, análise e respostas a questionamentos e de medidas conciliatórias que visem à resolução de conflitos entre o responsável pela área de manejo florestal e as partes interessadas, externas e internas.*

Não-conformidade:

Reclamações e demandas das partes interessadas externas não são registradas.

Evidências:

Durante auditoria de campo e análise documental foi verificado que existem situações comuns em que as áreas operacionais recebem demandas e reclamações de partes interessadas, às vezes encaminham tratativas, mas que não são registradas. Também não são sistematizadas no sistema de gestão de informações, comentários e ações acordadas nos levantamentos participativo de impactos no período

pré-operações (Sistema de gestão de informações; Registros de comunicação com partes interessadas – 2006/2017; Análise crítica da comunicação com partes interessadas - 2016).	
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não-conformidade.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidências fornecidas pelo empreendimento	PENDENTE
Informações obtidas para avaliação das evidências	PENDENTE
Situação do NCR	ABERTO
Comentários (opcional)	N/A.

4.6. Observações

Observações podem ser aplicadas quando os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade atual, mas podem se tornar uma não conformidade futura se ações não forem tomadas pelo empreendimento.

OBS 01/17	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 2.1.d.
Descrição das evidências encontradas: a organização possui procedimentos documentados de forma a garantir a execução das atividades, conforme descrito no plano de manejo. Porém, o procedimento operacional que contém a atividade de aplicação mecanizada de herbicida (P0360 – Aplicação herbicida, versão 13) requer sinalização específica somente em talhões operados manualmente, não relatando esta exigência quando se tratam de aplicações mecanizadas. Dessa forma, durante auditoria de campo no projeto Baratinha, observou-se área durante operação de aplicação mecanizada de herbicida sem a devida sinalização.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS 02/17	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.a.
<p>Descrição das evidências encontradas: embora exista uma avaliação de impactos com viés participativo, foi identificado, por meio de entrevistas de campo e análise dos PTEASs, que há impactos associados às atividades de manejo florestal apontados por partes interessadas que não constam dos levantamentos e planejamentos de operações, tais como barulho da colheita noturna em comunidades muito próximas às áreas de manejo e captação de água pelos caminhos-pipa.</p>	
<p>Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.</p>	

OBS 03/17	Referência ao padrão: FSC-STD-BRA-01-2014 V1-1 Padrão de Plantações Florestais no Brasil – indicador 5.1.b.
<p>Descrição das evidências encontradas: embora existam medidas para mitigação e compensação, elas podem não estar sendo proporcionais aos impactos socioeconômicos avaliados, especialmente levando-se em consideração as falhas apontadas anteriormente quanto à avaliação de impactos e registros de demandas, ações tomadas e respostas fornecidas às partes interessadas.</p>	
<p>Observação:</p>	

OBS 04/17	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.c.
<p>Descrição das evidências encontradas: embora a organização possua um número reduzido de trabalhadores terceirizados foi evidenciado a ausência de avaliação e de esforços para potencializar os impactos sociais e econômicos provindos da contratação de trabalhadores terceirizados. A organização não possui um instrumento para avaliação das diferenças de benefícios entre os trabalhadores próprios e terceirizados (e entre trabalhadores terceirizados de diferentes EPSs).</p>	
<p>Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.</p>	

OBS 05/17	Referência ao padrão: FSC-STD-BRA-01-2014 V1-1 Padrão de Plantações Florestais no Brasil – indicador 5.1.d.
<p>Descrição das evidências encontradas: existe um trabalho de caracterização das comunidades com possíveis traços de tradicionalidade que abarcou somente metade das comunidades levantadas. Entretanto, não há previsão para a finalização desse levantamento até o momento.</p>	
<p>Observação:</p>	

OBS 06/17	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.2.b.
<p>Descrição das evidências encontradas: embora existam canais de comunicação com comunidades diretamente afetadas pelo manejo da organização, foram evidenciadas em campo situações em que as ferramentas de diálogo disponibilizadas pela organização não garantem efetiva comunicação com comunidades afetadas pelas operações de manejo, sendo necessário desenvolver ferramentas adequadas, que podem demandar maior atuação da equipe da área social (visitas mais frequentes, caixas de sugestão). Os casos verificados foram de comunidades cercadas e muito próximas às áreas de manejo, sem acesso ou com acesso precário à linha telefônica ou internet.</p>	
<p>Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.</p>	

4.7. Conclusões de auditoria

Com fundamento na análise da conformidade do manejo do EMF com relação aos princípios, critérios e indicadores, a equipe de auditoria recomenda:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos <u>atendidos</u> , manutenção da certificação recomendada. Mediante aceitação dos NCRs aplicados abaixo: NCRs #01, 02, 03 e 04/17.
<input type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>não atendidos</u> . NCR(s) não atendido(s); suspensão requerida.
Comentários adicionais:	N/A
Problemas identificados como controversos ou de difícil avaliação:	N/A

ANEXO I – Escopo do EMF

(OBSERVAÇÃO: formulário a ser preenchido pelo cliente antes da auditoria. As informações devem ser verificadas pela equipe de auditoria).

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:

Nome Legal do EMF: Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA

1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: individual.

Certificado de grupo: Lista de Membros do grupo, se aplicável

UMF Nome/Descrição	Área	Tipo de Floresta	Localização Latitude/Longitude ¹
N/A	N/A ha	Plantação florestal.	N/A

2. Informação do EMF

Zona Florestal	Tropical.
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	100.919,48 hectares
- Plantação	129.116,68 hectares
Margens de rios e corpos de água	3.574,56 quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal

Área total certificada	248.815,83 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado. Total da área florestal no escopo do certificado	230.036,16 ha
a. Área de produção florestal	129.116,68 ha
b. Área florestal não produtiva	100.919,48 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	100.919,48ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	0,00 ha
2. Área não florestal (ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.)	18.779,67 ha

4. Espécies e taxa sustentável de colheita

Nome científico	Nome comum / comercial	Safra atual (2016)	Safra projetada para o próximo ano
<i>Eucalyptus</i>	<i>E. grandis</i> , <i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. robusta</i>	3.568.464 m3	3.763.405 m3
Total		3.568.464 m3	3.763.405 m3
Total estimado de produção anual de toras			3.763.405 m3
Total estimado de produção anual certificada (produtos NTFP):			N/A m3
Lista de produtos NTFPs certificados:			N/A m3

5. Trabalhadores

Número de trabalhadores (incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários):

Número total de trabalhadores: 4.112 trabalhadores

¹ Considerar o ponto central do EMF ou grupo, com um máximo de 5 casas decimais.

Do total de trabalhadores acima:	3.703 homens	409 mulheres
Número de acidentes graves	17	
Número de fatalidades	00	

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas
Lista de funcionários do EMF

Nome	Cargo/função	Contato	Tipo de participação
Acir Pereira de Almeida	Ajudante Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Afonso Pimenta Souza	Ajudante Florestal	(33) 99940-7801	Entrevista
Águida Barbosa de Souza	Trabalhador Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Alex Giovanny de Barros Medeiros	Coordenação de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal	(31) 99192-5987	Entrevista
Aline Salles Assis Lucas	Analista de Desenvolvimento e Sistema de Gestão	Não disponibilizado	Entrevista
Antonio Claret de Oliveira Neves	Especialista de Meio Ambiente	Não disponibilizado	Entrevista
Arnaldo Gomes Fidelis	Ajudante Florestal	(33) 98827-1708	Entrevista
Bejamin Rodrigues da Silva	Ajudante Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Bruno Garuzi	Supervisor	Não disponibilizado	Entrevista
Bruno Garuzzi Pezzin	Supervisor de Operações Florestais Cacaís	bruno.garuzzi@cenibra.com.br	Entrevista
Bruno Silva Santos	Trabalhador Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Cirlândio Rodrigues Nogueira	Líder de Campo	Não disponibilizado	Entrevista
Claudiney Perpétuo de Figueiredo	Operador de Máquina Florestal (Forwarder)	(33) 3416-2117	Entrevista
Cristiano Augusto Lopes	Analista de Comunicação Jr.	Não disponibilizado	Entrevista
Deise Lucia Dias e Santiago	Instituto Cenibra Regional Nova Era	Não disponibilizado	Entrevista
Deuseles João Firme	Executivo de Gestão de Terras	Não disponibilizado	Entrevista
Divino Rodrigues dos Santos	Ajudante Florestal	(33) 98868-9892	Entrevista
Edson Valgas de Paiva	Meio Ambiente	(31) 99232-0803	Entrevista
Eduardo Luis Magalhães	Supervisor de Operações	Não disponibilizado	Entrevista
Edvaldes J. Amaral	Coordenador de Manutenção de Equipamentos Florestais	(31) 99126-8757	Entrevista
Enderson Julio dos Santos	Trabalhador Florestal	Não disponibilizado	Entrevista

Ezequias Chagas dos Santos	Ajudante Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Francisco Faria de Brito	Tratorista	Não disponibilizado	Entrevista
Francisco Tadeu da Silva	Ajudante Florestal	(33) 98892-3498	Entrevista
Francisco Taveira Souza	Engenheiro de Segurança	Não disponibilizado	Entrevista
Guilherme Luiz de Jesus	Pesquisa em Solos	(31) 99357-9357	Entrevista
Isabel Mônica de Freitas	Instituto Cenibra Regional Rio Doce e Nova Era	Não disponibilizado	Entrevista
Israel Silva Nunes	Operador de Máquinas	Não disponibilizado	Entrevista
Jacinto Moreira Lana	Coordenador de Meio Ambiente	Não disponibilizado	Entrevista
Jairo Lopes	Médico do trabalho	Não disponibilizado	Entrevista
José Afonso de Lima	Ajudante Florestal	(33) 98833-9108	Entrevista
José Afonso de Matos	Ajudante Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
José Amantino Araújo	Ajudante Florestal	(33) 99924-6702	Entrevista
José Custódio da Silva	Líder de Campo	(33) 98888-9593	Entrevista
José da Penha Souza Vaz	Ajudante Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
José Lúcio Pimenta	Ajudante Florestal	(33) 99964-9392	Entrevista
Júlio César Madeira	Técnico de Relações Institucionais	Não disponibilizado	Entrevista
Laudemir Margarido de Moura	Instituto Cenibra Regional Rio Doce	Não disponibilizado	Entrevista
Laudisson Ângelo da Silva	Líder de Campo	(33) 98814-5401	Entrevista
Lorival da Paixão Ramos	Trabalhador Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Lourival Nunes da Costa	Ajudante Florestal	(33) 99937-2254	Entrevista
Luiz Mauro Miranda Carneiro	Técnico Administrativo	Não disponibilizado	Entrevista
Luiz Sérgio Pereira Curti	Coordenador de Operações Florestais Guanhões	(33) 3421-4101	Entrevista
Marcelo Gonçalves Rodrigues	Operador de Harvester	Não disponibilizado	Entrevista
Márcia da Silva Rocha	Instituto Cenibra Regional Guanhões	Não disponibilizado	Entrevista
Marcos Roberto Pereira	Ajudante Florestal	(33) 98739-2109	Entrevista

Maria Malta	Coordenadora de Segurança Ocupacional	Não disponibilizado	Entrevista
Mateus Matos de Castro	Analista Ambiental	Não disponibilizado	Entrevista
Maximiliano Carvalho	Monitor Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Maycon Bruno Dos Santos	Trabalhador Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Mirian Madureira	Analista de RH	Não disponibilizado	Entrevista
Muriel Magno de Souza Silva	Monitor Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Odilon Dias	Ajudante Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Odivani Patrocínio Magalhães	Enfermeiro do Trabalho	Não disponibilizado	Entrevista
Oswaldo Modesto da Rocha	Operador de Máquina Florestal (Harvester)	(33) 98832-2528	Entrevista
Reinato Lorentino de Souza	Trabalhador Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Rirlei Bruno Santos	Trabalhador Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Tainara Silva	Trabalhador Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Tiago Lopes	Coordenador de Silvicultura	Não disponibilizado	Entrevista
Walison Rodrigues dos Santos	Ajudante Florestal	Não disponibilizado	Entrevista
Wander Teles	Engenheiro de Segurança	Não disponibilizado	Entrevista
Webert Silva de Oliveira	Trabalhador Florestal	Não disponibilizado	Entrevista

Lista de outros consultados

Nome	Organização	Contato	Tipo de participação
Amilton Santos de Souza	Associação Comunitária da Comunidade de Boa Vista (Virginópolis)	(31) 98730-3864	Entrevista
Célia Aguiar Valadares	Comunidade Bamburral	Não disponibilizado	Entrevista
Celina Paula de Souza	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Cleonice	Projeto Parceria Agrícola Santa Marta (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Djavan	Sindiextra (Santa Bárbara/MG)	(31) 3832-4712	Entrevista

Efigênia	Moradora Comunidade Cocais das Estrelas (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Eliane Coelho	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	(31) 99206-1037	Entrevista
Elias Martins	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	(31) 99361-8105	Entrevista
Elisabete	Escola Municipal Padre Feliz – Pompeu	Não disponibilizado	Entrevista
Emerson Luiz	ELM Transporte de Mudanças	Não disponibilizado	Entrevista
Fernando Alves Drumond	Alvarenga Transportes	Não disponibilizado	Entrevista
Geraldo Edino de Pinho Vianna	Geraldo Transportes	Não disponibilizado	Entrevista
Gilson	Projeto Parceria Agrícola Santa Marta (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Iolanda Vieira de Barros	Presidente STTR Ipaba (MG)	str.ipaba@yahoo.com.br	Entrevista
Ivani	Projeto Parceria Agrícola Santa Marta (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Jesus Antônio Valadares	Comunidade Bamburral	Não disponibilizado	Entrevista
João	Projeto Parceria Agrícola Santa Marta (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
João Paulo Carvalho Leão	Barra do Macuco	Não disponibilizado	Entrevista
Joaquim Fernando Leão	Barra do Macuco	Não disponibilizado	Entrevista
Joaquim Gonçalves	Projeto Parceria Agrícola Santa Marta (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
José Celso Parreiras de Moraes	John Deere	(33) 99107-7754	Entrevista
José Inácio do Carmo	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
José Maria da Silva	Comunidade Boa Vista - COMDEMA (Virginópolis)	(33) 4316-3016	Entrevista
José Maria da Silva	Barra do Macuco	Não disponibilizado	Entrevista
José Maria Soares	SINDEX	(31) 9981-1455	Entrevista
José Maurié Ferreira (Nonô)	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
José Roberto do Carmo	JSL	(31) 99613-2687	Entrevista

Jovelina Silva Nunes	Posto de Saúde Comunidade Cocais das Estrelas (Ipaba/MG)	(31) 98772-7058	Entrevista
Julio Marcos Carlos	HM Locadora	Não disponibilizado	Entrevista
Jurandir Geraldo	WAMAG	Não disponibilizado	Entrevista
Luciene Hermógenes Coelho	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Maria Ângela Magalhães	Coordenadora da APIVIR e Vereadora	(33) 3416-1351	Entrevista
Maria Aparecida da Silva Santos	Tesoureira STTR Ipaba (MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Maria Aparecida de Sá	Moradora Comunidade Cocais das Estrelas (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Maria Brida Gonçalves	Vizinhos Projeto Lagoa Grande	Não disponibilizado	Entrevista
Maria da Costa Vieira	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Maria das Dores Fernandes de Sena	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Maria Helena	Projeto Parceria Agrícola Santa Marta (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Maria Helena	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Maria Joana Soares	Vizinhos Projeto Lagoa Grande	Não disponibilizado	Entrevista
Maria Rosa Coelho da Silva	Comunidade Esperança (Belo Oriente/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Milton Soares	Vizinhos Projeto Lagoa Grande	Não disponibilizado	Entrevista
Nair Aparecida Valentim Alves	Posto de Saúde Comunidade Cocais das Estrelas (Ipaba/MG)	(31) 99133-5240	Entrevista
Nazaré	Moradora Comunidade Cocais das Estrelas (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista

Nilma Araújo	Associação Comunitária da Comunidade de Boa Vista (Virginópolis)	(31) 98896-2343	Entrevista
Pedrelina das Dores Leão Carvalho	Barra do Macuco	Não disponibilizado	Entrevista
Reginaldo da Rocha Silva	WAMAG	(33) 98856-7158	Entrevista
Renato Saliba Ribeiro	John Deere	(33) 99107-7333	Entrevista
Rosivaldo Martins	Embrater	Não disponibilizado	Entrevista
Sérgio Julio da Silva	WAMAG	Não disponibilizado	Entrevista
Serliano Davino da Silva	Putuscar Transportes	Não disponibilizado	Entrevista
Silvia de Lourdes Gonçalves Farias	Diretora de Meio Ambiente de Ipaba (MG)	eng.silviaambiental@outlook.com	Entrevista
Tarciso Goncalves	Vizinhos Projeto Lagoa Grande	Não disponibilizado	Entrevista
Thiago Rodrigues da Silva	WAMAG	(33) 98841-1750	Entrevista
Tiago de Almeida	Embrater	Não disponibilizado	Entrevista
Tião	Projeto Parceria Agrícola Santa Marta (Ipaba/MG)	Não disponibilizado	Entrevista
Valdir de Fátima Santos	Comunidade Boa Vista	(33) 3416-3006	Entrevista
Vander da Luz Benedito	Embrater	Não disponibilizado	Entrevista
Webert Luiz de Assis	JSL	(33) 99922-1880	Entrevista
Wilham Rodrigo Oliveira	John Deere	(33) 97508-2888	Entrevista

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal ABNT NBR 14789:2012:

P & C	Conformidade: Sim, Não, N/A. ou N/M.	Descrição do atendimento dos requisitos da norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados).	NCR/OBS (#)
Princípio 1 – Cumprimento da legislação.			
1.1			
a)	N/M	Critério não monitorado	N/A
b)	N/M	Critério não monitorado	N/A
1.2			
a)	N/M	Critério não monitorado	N/A
b)	Não	Uma revisão dos mapas das comunidades afetadas encontra-se em fase de andamento e está previsto o trabalho de caracterização dessas comunidades. Entretanto, a organização não possui um planejamento ou cronograma para a realização desse trabalho (NCR #01/17).	NCR #01/17
c)	N/M	Critério não monitorado	N/A
d)	Sim	A organização apresentou o documento (PO952 - Invasão ou turbação de posse de imóveis rurais, versão 01) que prevê no item 5 - Responsabilidades que a Coordenação de Comunicação Corporativa e Relações Institucionais deve efetuar abordagem amigável junto aos envolvidos para conciliação e monitorar a evolução do risco para análise sobre pertinência de ação judicial. A organização possui registro dos casos em andamento, e atualmente, existe um caso de ocupação de terras da organização pelo MST, tema de Mesa de Diálogo liderada pelo Governo do Estado de Minas Gerais e está fora do escopo das áreas certificadas (Relatórios sobre ações possessórias em andamento; Planilha de Acompanhamento de Conflitos de Terra, versão 01).	N/A
e)	N/M	Critério não monitorado	N/A
1.3.			
a)	N/M	Critério não monitorado	N/A
b)	N/M	Critério não monitorado	N/A
c)	N/M	Critério não monitorado	N/A
d)	Não	A organização possui procedimento (PO556 - Auditoria Integrada EPS) que estabelece critérios para atividade de auditoria integrada que avalia aspectos de qualidade, meio	NCR #02/17

		ambiente, segurança, saúde ocupacional, trabalhista e previdenciário da organização e de suas EPSs. As auditorias são realizadas anualmente por meio de visitas com o objetivo de verificar o atendimento das exigências legais e condições de trabalho. Os aspectos observados são pontuados e quando necessário é registrado oportunidades de melhorias, observações e não conformidades. As tratativas são realizadas em um prazo de até um ano, dependendo da gravidade. Na avaliação documental foram analisados os relatórios de Saúde do Trabalho; Segurança do Trabalho e aspectos legais trabalhistas e previdenciários de três EPSs (Auditoria Integrada ST Embrater; Auditoria Embrater Saúde; Auditoria Integrada Tab_Prev Embrater; Auditoria Integrada ST Império; Auditoria Integrada ST Wamag; Auditoria Integrada SO Wamag; Auditoria Integrada Tab_Prev Embrater). Na avaliação documental foram verificados os PCMSOs, PPRAs e as listas de EPIs, ASOS e Holerites de três EPSs. Foi evidenciado indício de pagamento de prêmio de produção sem formalização do benefício na folha de pagamento em uma das EPS com atuação na área de manejo florestal e a ausência de registros de alguns exames médicos nos ASOs, conforme indicados no PCMSO de duas EPSs com atuação na área de manejo florestal (NCR #02/17).	
e)	Sim	A organização possui um sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional e Meio Ambiente que inclui programas como SIPATR, CIPATR, Plano de Atendimento a Emergências, entre outros. Possuem PPRa e PCMSO adaptado à atividade e intensidade das funções exercidas pelos trabalhadores. Na avaliação documental foram verificados os PCMSOs, PPRAs e as listas de EPIs, ASOS e Holerites de três EPSs. Foi evidenciado indícios de desconformidades entre as orientações dos PCMSOs e os Atestados de Saúde Ocupacional em duas EPSs com atuação na área de manejo (NCR #02/17).	N/A
Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade.			
2.1			
a)	Sim	Há procedimentos que visam identificar todos os aspectos ambientais que possam ser controlados, caracterizar impactos ambientais significativos, caracterizar, analisar e estabelecer medidas para evitar ou minimizar impactos ambientais negativos e monitorar a implementação das medidas mitigadoras. O documento (P0508 – LAIA, versão	N/A

		19) estabelece os métodos e critérios necessários para o levantamento, caracterização e avaliação dos aspectos e impactos ambientais decorrentes das atividades existentes na organização. Conforme tal metodologia, elaborou-se uma planilha de aspectos e impactos ambientais (LAIA), a qual foi apresentada durante entrevista e é revisada a cada ano, no mínimo. Paralelamente, a organização conta com uma ferramenta chamada PTEAS, que, dentre outras funcionalidades, determina os impactos ambientais potenciais em cada projeto/fazenda a serem realizadas operações de colheita. Esta avaliação é realizada em campo por equipe multidisciplinar com antecedência de 1 ano e inclui medidas mitigadoras. As medidas mitigadoras requeridas pelo PTEAS são monitoradas através de listas de verificação de execução do PTEAS, as quais são aplicadas pelo departamento ambiental da organização (Lista de verificação PTEAS – Alemãozinho) realizada no projeto de implantação Alemãozinho.	
b)	N/M	Critério não monitorado	N/A
c)	N/M	Critério não monitorado	N/A
d)	Sim	A organização possui procedimentos documentados de forma a garantir a execução das atividades, conforme descrito no plano de manejo. Porém, o procedimento operacional que contém a atividade de aplicação mecanizada de herbicida (P0360 – Aplicação herbicida, versão 13) requer sinalização específica somente em talhões operados manualmente, não relatando esta exigência quando se tratam de aplicações mecanizadas. Dessa forma, durante auditoria de campo no projeto Baratinha, observou-se área durante operação de aplicação mecanizada de herbicida sem a devida sinalização (OBS #01/17).	OBS #01/17
e)	N/M	Critério não monitorado	N/A
f)	N/M	Critério não monitorado	N/A
2.2			
a)	N/M	Critério não monitorado	N/A
b)	N/M	Critério não monitorado	N/A
c)	N/M	Critério não monitorado	N/A
d)	N/M	Critério não monitorado	N/A
e)	N/M	Critério não monitorado	N/A
f)	N/M	Critério não monitorado	N/A
g)	Sim	Em 2016, a organização destinou 266.305,82 reais para o Fundo para a Infância e Adolescência (FIA) e o mesmo valor para o fundo do idoso. Contribuiu para a Unidade de Cuidados Paliativos e Unidade de Oncologia da Fundação	N/A

		São Francisco Xavier (FSFX – Ipatinga) com apoio de 331.826,41 reais por meio do Programa Nacional de Apoio a Atenção Oncológica (Pronom). A organização desenvolveu o Projeto Ação e Cidadania que atendeu em 2017 as comunidades de Cordeiro de Minas, Vale Verde, Boa Vista, Santana do Bairro, Divinolândia de Minas, Santa Rita e Estiva em Peçanha. O evento desenvolve atividades de palestras sobre higiene corporal, doações de kits odontológicos, aplicação de flúor, palestras sobre escovação dental, aferição de pressão arterial e atividades recreativas (Cenibra e Comunidade Interação – Ano VI – número 18 – jan a mar 2017).	
	h) Sim	Há medidas para conservar ou aumentar a biodiversidade e promover a conectividade ecológica em nível de paisagem, conforme vistorias de campo e entrevistas com gestores. O documento (Corredor CENIBRA) relata a partir de sua página 38, item 4.3, a metodologia aplicada para, em 2003, realizar um mapeamento e classificação de todas as áreas de reserva legal e preservação permanente da organização. Com base nas análises dos mapas digitalizados resultantes, foram identificadas as principais barreiras ao fluxo de propágulos e elaboradas propostas de conexão de fragmentos florestais (corredores ecológicos), as quais fazem parte de cada PTEAS elaborado. Quanto à conservação, o documento (Recuperação Ambiental _Fev_2017_Claret) apresenta nos slides 2 e 3, respectivamente, um histórico de APP revegetadas desde 2003 e de áreas de eucalipto revertidas em preservação permanente ou excedente de reserva natural. Atualmente, os esforços de restauração da organização estão voltados às áreas parcialmente ocupadas por pastagens e por plantios remanescentes de eucalipto, adotando o procedimento (P0656- Manejo e recuperação, versão 07). Tal procedimento fornece orientações básicas para realização das atividades de recuperação e conservação das áreas de preservação permanente, reserva legal, nascentes, áreas degradadas e manejo da paisagem.	N/A
2.3			
	a) N/M	Critério não monitorado	N/A
	b) N/M	Critério não monitorado	N/A
	c) Sim	Em auditoria de campo foi verificada na atividade de controle de formiga, que por exemplo, mesmo sem ganhos financeiros na região Baixa, a continuidade do monitoramento se justifica pelo monitoramento da	N/A

		evolução das infestações, e principalmente, com a utilização de todos os recursos disponibilizados pelo MipiForDesk (software que auxiliar em previsões e priorização para avaliar o efeito do combate), permite avaliar o desempenho operacional das equipes por meio das avaliações de rendimento. Bem como tem mostrado bons resultados ao atendimento das condicionantes da derroga do FSC (2016_Relat 313 Aval Tec Monitoramento Formigas Cortadeiras 2016_Alex_V01).	
d)	N/M	Critério não monitorado	N/A
e)	N/M	Critério não monitorado	N/A
f)	N/M	Critério não monitorado	N/A
g)	Sim	A organização desenvolve, incentiva e apoia trabalhos de pesquisa científica que tenham como referência suas atividades de planejamento, práticas operacionais e de cuidados ambientais. Toda a produção científica é apresentada no Plano de Manejo Florestal (Plano de Manejo Florestal, 2016-2017, versão 13.0, item 11.5.1 – Artigos Publicados em Periódicos).	N/A
2.4			
a)	Sim	A organização possui um procedimento documentado identificando a origem e destino da madeira certificada (P0410 – Logística de Movimentação de Madeira, versão 20, item 6.1), definindo a área de recebimento a porta da floresta.	N/A
b)	Sim	Em auditoria de campo foi verificado que o documento de transporte (NTM) possui o código do certificado CERFLOR/PEFC.	N/A
c)	Sim	A organização possui um procedimento documentado identificando a origem e destino da madeira certificada (P0410 – Logística de Movimentação de Madeira, versão 20, item 6.1), definindo a área de recebimento a porta da floresta. Em auditoria de campo e por meio de procedimento (P0410 – Logística de Movimentação de Madeira, versão 20, item 6.2) foi possível verificar que a organização possui orientações sobre a identificação de toda a madeira certificada. A organização possui uma lista de identificação de áreas com eucalipto certificadas (M0008 – Cadeia de Custódia FSC, volume 15) sendo que o DEPLA-P atualiza o cadastro florestal e executa eventuais alterações no escopo da certificação, com inclusão ou exclusão de áreas. A identificação e separação de materiais certificados é garantida pelo processo de movimentação da madeira (P0410 – Logística de Movimentação de Madeira, versão 20, item 6.3).	N/A

d)	Sim	A organização possui um procedimento documentado identificando a origem e destino da madeira certificada (P0410 – Logística de Movimentação de Madeira, versão 20, item 6.1), definindo a área de recebimento a porta da floresta. Em auditoria de campo e por meio de procedimento (P0410 – Logística de Movimentação de Madeira, versão 20, item 6.2) foi possível verificar que a organização possui orientações sobre a identificação de toda a madeira certificada. A organização possui uma lista de identificação de áreas com eucalipto certificadas (M0008 – Cadeia de Custódia FSC, volume 15) sendo que o DEPLA-P atualiza o cadastro florestal e executa eventuais alterações no escopo da certificação, com inclusão ou exclusão de áreas. A identificação e separação de materiais certificados é garantida pelo processo de movimentação da madeira (P0410 – Logística de Movimentação de Madeira, versão 20, item 6.3). A organização possui pátios intermediários próprios (P0410 – Logística de Movimentação de Madeira, versão 20, item 6.1), que posteriormente são transportados para a fábrica.	N/A
e)	Sim	O relatório anual de volume de madeira certificada foi apresentado durante auditoria (Volume madeira certificada 2016).	N/A
Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica.			
3.1			
a)	N/M	Critério não monitorado	N/A
b)	N/M	Critério não monitorado	N/A
c)	N/M	Critério não monitorado	N/A
d)	Sim	A organização não utiliza ou faz o plantio de organismos geneticamente modificados nas áreas de manejo florestal que fazem parte do escopo da certificação. A organização não utiliza para fins comerciais, nem de pesquisa plantios com organismos geneticamente modificados. A organização faz uso esporádico de agentes de controle biológico que são monitorados e registrados no seu sistema de gestão florestal. Historicamente é reportado o uso de <i>Bacillus thuringiensis</i> para controle de algumas lagartas de ocorrência ocasional além de alguns percevejos também ocasionais.	N/A
3.2			
a)	Sim	Não foram evidenciados casos de conversões de remanescentes naturais em plantações florestais. A região de ocorrência da organização possui histórico antigo de conversão de áreas, devido ao uso para pastagens.	N/A

		Evidências dos trabalhos realizados pelo setor de georeferenciamento demonstraram a ausência de conversão de áreas naturais para plantios florestais dentro da UMF.	
b)	N/M	Critério não monitorado	N/A
c)	Sim	Estão mapeados os habitats ou espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção. O Plano de manejo (2016-2017, versão 13) apresenta, a partir da página 121, um detalhado histórico sobre o processo de levantamento e monitoramento de fauna e flora na organização, relatando que tal processo teve início em 1997 com um Mapeamento e classificação das áreas de reserva legal e de preservação permanente, para, em 2002, ter continuidade via estudos florísticos e fitossociológicos, que basearam a alocação de parcelas permanentes para serem monitoradas no longo prazo visando o entendimento da evolução das áreas preservadas. Quanto à fauna, os estudos que nortearam seu monitoramento tiveram início em 2003 e prosseguiram até 2004. Neste período, foi realizado o reconhecimento das áreas de propriedade da organização e definidos os pontos de monitoramento. A partir de 2005, os estudos iniciais tiveram continuidade com o monitoramento sistemático, sendo desenvolvido com o objetivo de identificar e caracterizar a fauna local, e abrangendo todas as regionais da organização (página 135 do referido documento).	N/A
d)	N/M	Critério não monitorado	N/A
e)	Sim	A organização realizou em 2004 um levantamento sobre sítios de especial significado (Relatório de sítios com valor histórico, cultural, ecológico, religioso, arqueológico ou espeleológico, Belo Oriente, agosto 2004).	N/A
f)	Sim	Estão identificadas as unidades de conservação existentes na área de influência da organização, como menciona a página 23 do Plano de Manejo da organização (Plano de manejo, 2016/2017, versão 13), referindo-se ao Parque Estadual do Rio Doce, uma unidade de conservação administrada pelo Instituto Estadual de Florestas. Na página 30, indica a presença de unidade de conservação integralmente inserida na unidade de manejo, sendo esta a reserva particular do patrimônio natural RPPN Fazenda Macedônia.	N/A
g)	N/M	Critério não monitorado	N/A
h)		A organização não converte em plantações ou quaisquer modalidades de uso não-florestal do solo as florestas de	N/A

	Sim	alto valor de conservação, primárias, primárias degradadas, secundárias desenvolvidas ou habitats naturais não florestais ameaçados.	
i)	Sim	Não foram evidenciadas irregularidades quanto aos direitos legais de propriedade, posse, uso e acesso. A organização possui procedimentos para orientações sobre compras e arrendamento de terras (P0338 – Aquisição de Imóvel Rural, versão 12; P0578 – Arrendamento de Terras para plantio de Eucalipto, versão 08).	N/A
3.3			
a)	Sim	A organização desenvolve um programa de monitoramento integrado de pragas florestais que tem por objetivo definir os sistemas de monitoramento dos insetos considerados pragas florestais, visando o crescimento homogêneo das florestas de eucalipto e o cumprimento das metas de produtividade estabelecidas. Dentro do Plano de Otimização do uso de Defensivos na CENIBRA constam também as iniciativas monitoramento de infestação de ervas daninhas durante as idades iniciais da floresta visando a confecção de uma recomendação de controle direcionada, considerando o tipo de erva a ser controlada, o momento ideal de intervenção e disposição espacial das mesmas nos talhões avaliados.	N/A
b)	Sim	O PO341-V.14 (Sistema de prevenção e combate a incêndios florestais) determina as fontes de risco, as instruções de emergência e os recursos disponíveis em casos de incêndio, incluindo torres de observação, caminhões de combate a incêndios, equipes de brigadistas, entre outros. Visitas de campo e entrevistas com funcionários evidenciaram a disponibilidade dos recursos elencados.	N/A
c)	Sim	A organização desenvolve um programa de monitoramento integrado de pragas florestais que tem por objetivo definir os sistemas de monitoramento dos insetos considerados pragas florestais, visando o crescimento homogêneo das florestas de eucalipto e o cumprimento das metas de produtividade estabelecidas. Dentro do Plano de Otimização do uso de Defensivos na CENIBRA constam também as iniciativas monitoramento de infestação de ervas daninhas durante as idades iniciais da floresta visando a confecção de uma recomendação de controle direcionada, considerando o tipo de erva a ser controlada, o momento ideal de intervenção e disposição espacial das mesmas nos talhões avaliados.	N/A
d)		A organização possui o procedimento para gerenciamento	N/A

	Sim	de produtos químicos (PO543-V.10) e documentos complementares que tem por finalidade estabelecer os procedimentos para identificação, classificação, transporte, destinação e/ou disposição final em conformidade com a legislação vigente assegurando a minimização de impactos nas unidades de manejo florestal da organização. O procedimento de controle de formigas cortadeiras (PO581-V.10) propõem metodologia de controle que sistematiza o controle e otimiza os recursos utilizados, inclusive os agrotóxicos.	
e)	Sim	A organização possui o procedimento para gerenciamento de produtos químicos (PO543-V.10) e documentos complementares que tem por finalidade estabelecer os procedimentos para identificação, classificação, transporte, destinação e/ou disposição final em conformidade com a legislação vigente assegurando a minimização de impactos nas unidades de manejo florestal da organização. O procedimento de controle de formigas cortadeiras (PO581-V.10) propõem metodologia de controle que sistematiza o controle e otimiza os recursos utilizados, inclusive os agrotóxicos.	N/A
3.4			
a)	Sim	Há na organização levantamentos fitossociológicos e estudos da estrutura dos vegetais nativos remanescentes. Um estudo contido no documento (Relatório Final Mapeam) classificou as áreas de remanescentes naturais em: pasto limpo; pasto arborizado, eucalipto + espécies nativas; estágio inicial; estágio médio; estágio avançado; e outros. O Plano de manejo (2016/2017, versão 13) apresenta, a partir da página 121, um detalhado histórico sobre o processo de levantamento e monitoramento de fauna e flora na organização, relatando que tal processo teve início em 1997 com um Mapeamento e classificação das áreas de reserva legal e de preservação permanente, para, em 2002, ter continuidade via estudos florísticos e fitossociológicos, que basearam a alocação de parcelas permanentes para serem monitoradas no longo prazo visando o entendimento da evolução das áreas preservadas. Quanto à fauna, os estudos que nortearam seu monitoramento tiveram início em 2003 e prosseguiram até 2004. Neste período, foi realizado o reconhecimento das áreas de propriedade da organização e definidos os pontos de monitoramento. A partir de 2005, os estudos iniciais tiveram continuidade com o monitoramento sistemático, sendo desenvolvido com o objetivo de identificar e caracterizar a fauna local, e abrangendo todas	N/A

		as regionais da organização (página 135).	
b)	Sim	<p>A organização realiza os seguintes monitoramentos ambientais: (i) flora em áreas preservadas, florístico e fitossociológico, áreas em recuperação ambiental sendo a frequência quinquenal. O monitoramento de fauna é realizado anualmente, focando avifauna (a metodologia utilizada considera o levantamento por pontos de escuta e observações, o registro de vocalizações e vestígios, e transectos lineares, de forma a percorrer as fisionomias vegetacionais predominantes, permitindo amostrar uma grande área do habitat a ser pesquisado) e de mamíferos de grande porte (pelo método de censos em transectos lineares, sendo que cada transecto é percorrido uma vez em cada campanha, abrangendo os períodos diurno e noturno. São realizadas duas campanhas de campo em por ano, contemplando as estações seca e chuvosa. A coleta de dados fundamenta-se em observação direta de espécimes e busca de vestígios, tais como: pegadas, carcaças, fezes, pelos, tocas. As espécies identificadas são registradas em caderneta de campo, com a coordenada geográfica de referência do registro). O monitoramento de recursos hídricos visa avaliar a qualidade e a quantidade das águas, sendo que contemplam o monitoramento dez córregos e cinco lagos da região de atuação da organização. A frequência é anual, para os seguintes parâmetros de qualidade (nitrogênio, fósforo, bases, metais, temperatura e oxigênio dissolvido, pH, condutividade elétrica, sólidos totais em suspensão) e de quantidade (vazão) (6- PROGRAMA DE MONITORAMENTOS AMBIENTAIS_v2016).</p>	N/A
c)	Sim	<p>O resumo público do Plano de Manejo Florestal 2017 (RESUMO PUBLICO_PMF_CNB_2017) contempla como principais monitoramentos operacionais: o processo de produção de madeira, a produção de mudas, colheita/transporte, a proteção florestal e a patrimonial. Quanto aos monitoramentos ambientais apresentados no resumo público 2017, os principais abordados são flora, fauna (aves e mamíferos), recursos hídricos. Em relação aos monitoramentos sociais, a organização apresenta no resumo público do PMF, os resultados de segurança e saúde ocupacional e os projetos sociais desenvolvidos pelo Instituto Cenibra.</p>	N/A
d)	Sim	<p>A organização conta com listas de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção ocorrentes na área de manejo e vizinhança, e de planos para protegê-las. O Plano de manejo (2016/2017, versão 13), em sua página</p>	N/A

		<p>125, apresenta o item Listas de espécies raras, endêmicas, medicinais e ameaçadas de extinção como um indicador de monitoramento de flora. Quanto à fauna, o mesmo documento apresenta em seu quadro 21 a lista das espécies de aves registradas nas áreas desde o início dos monitoramentos, em 2003, indicando as espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, enquanto o quadro 22 apresenta a lista geral das espécies de mamíferos de médio e grande porte registradas nas Regionais da organização desde o início dos monitoramentos, com indicação das espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Tais espécies encontram-se protegidas na organização, conforme vistorias de campo e entrevistas com gestores. Há treinamentos específicos para todos os funcionários admitidos, diálogos diretos de meio ambiente. O próprio PTEAS, já mencionado em indicadores anteriores, contempla informações acerca dos cuidados ambientais específicos a serem adotados em cada área a serem realizadas operações. Adicionalmente, há programas robustos de prevenção e controle de incêndios florestais, bem como de proteção patrimonial.</p>	
3.5			
a)	Sim	<p>Há na organização mapas e croquis que indicam as áreas de preservação permanente e de reserva legal, com sua respectiva identificação. O plano de manejo da organização (Plano de manejo, 2016/2017, versão 13) apresenta em seu item 8.4. uma completa caracterização ambiental de suas áreas de atuação. Encontra-se no quadro 2 um detalhamento do uso do solo por regional. Os tipos de vegetação e fauna estão apresentados nos itens 8.4.4. e 8.4.5., respectivamente.</p>	N/A
b)	Sim	<p>A organização conta com práticas silviculturais e procedimentos que visam a proteção, restauração e manutenção de áreas de relevante interesse ecológico, conforme evidenciado durante ampla vistoria de campo. Em análise documental e entrevistas com gestores, diversas evidências adicionais foram obtidas, como treinamentos específicos para todos os funcionários admitidos, diálogos diretos de meio ambiente, etc. O próprio PTEAS, já mencionado em indicadores anteriores, contempla informações acerca dos cuidados ambientais específicos a serem adotados em cada área a serem realizadas operações. Adicionalmente, há programas robustos de prevenção e controle de incêndios florestais, bem como de proteção patrimonial.</p>	N/A

c)	Sim	Há na organização medidas e planos de conservação de áreas de refúgio ou reprodução da fauna silvestre, tendo sido elaborado um procedimento cujo objetivo é fornecer orientações para realização de atividades de recuperação e conservação de áreas de remanescentes naturais degradadas e manejo da paisagem (P0656- Manejo e recuperação, versão 17). Tal procedimento estabelece como responsabilidade do departamento de meio ambiente a condução de avaliações ambientais durante elaboração do PTEAS com o intuito, inclusive, de indicar locais à formação de corredores ecológicos, os quais puderam ser verificados durante vistorias de campo.	N/A
d)	Sim	A organização contempla no seu plano de monitoramento, a constante verificação da ocorrência de pragas e doenças (formigas cortadeiras, ferrugem, fungos de desfolha e SPEVRD e surto de lagartas desfolhadoras), incêndios florestais (frequência diária), as condições meteorológicas (para atividades de silvicultura e de incêndios florestais). No entanto, a organização não possui problemas relacionados à presença de espécies arbóreas invasoras.	N/A
3.6			
a)	N/M	Critério não monitorado	N/A
b)	N/M	Critério não monitorado	N/A
c)	N/M	Critério não monitorado	N/A
d)	N/M	Critério não monitorado	N/A
Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar.			
4.1			
a)	Sim	Estão caracterizados os solos existentes na área de manejo florestal. O documento (2016_RecTecSilvicultura 2017 V01_Felipe_V24, versão 01) apresenta em sua página 7, um quadro descritivo sobre cada uma das 7 unidades de manejo da organização, contendo a caracterização de solos destas. Adicionalmente, o quadro 45 do mesmo documento demonstra o percentual de área ocupada por regional pelos diferentes tipos de solos da organização.	N/A
b)	Sim	Estão caracterizados os recursos hídricos, considerando-se a(s) microbacia (s) onde se insere a área de manejo florestal. O Plano de manejo (2016/2017, versão 13) apresenta a partir de sua página 153, um detalhamento completo sobre os monitoramentos hídricos e seus resultados, culminando na caracterização destes.	N/A
c)	N/M	Critério não monitorado	N/A
d)	Sim	As atividades silviculturais são planejadas e executadas levando em consideração os dados climáticos locais.	

		Conforme apresenta o quadro 3 do documento (2016_RecTecSilvicultura 2017 V01_Felipe_V24, versão 01) toda a recomendação técnica da organização é baseada na classificação das áreas por unidades de manejo. As condições edafoclimáticas de cada local são parte integrante das características que definem cada unidade de manejo, sendo dadas a estas recomendações silviculturais específicas. Observa-se ainda, no quadro 46, que há diferentes tipos de adubações recomendadas, de acordo com a época de plantio, ou seja, com base na precipitação mensal média histórica, apresentada está no item 16.3.	N/A
e)	N/M	Critério não monitorado	N/A
4.2			
a)	Sim	A organização adota de técnicas que visam a conservação do solo. Tais técnicas puderam ser verificadas durante vistorias de campo, onde não foram observados processos erosivos significantes, tampouco assoreamento de cursos d'água. Pelo contrário, verificou-se estradas bastante conservadas e planejadas de forma a evitar a degradação do solo. Ainda, procedimentos operacionais relevantes abordam o tema de modo a resguardar a manutenção deste conhecimento na organização. Como exemplo, o procedimento (P0632 - Colheita Florestal Semimecanizada, versão 14) discorre sobre os cuidados com solo e água (página 28). Em auditoria de campo, observou-se que pode haver sulcamento do solo nos rastros deixados pelas máquinas de colheita nos casos onde se trabalha em áreas declivosas, guinchadas. Para minimizar este efeito, somente se trabalha nessas áreas em tempo seco e, no momento do preparo de solo, faz-se por curvas de nível. Há definição de locais estratégicos para carregamento e transporte durante época de chuva e evita-se o trânsito de tratores dentro de estradas, especialmente em período chuvoso.	N/A
b)	Sim	O procedimento PO375-V.9 (Monitoramento manutenção e melhoria do solo para cultivo de eucalipto) tem como objetivo descrever as variáveis, responsabilidades e ações adotadas no monitoramento nutricional das florestas de eucalipto. A recomendação ou não de adubações complementares é baseada na análise conjunta do balanço de nutrientes, na biomassa, na quantidade de nutrientes disponíveis no solo e nas estimativas de demanda pelos nutrientes para uma determinada expectativa de produtividade na idade de corte.	N/A

		Recomendações frequentes de adubações complementares podem indicar a necessidade de revisão e/ou ajuste da estratégia de fertilização adotada.	
c)	Sim	O monitoramento de recursos hídricos visa avaliar a qualidade e a quantidade das águas, sendo que contemplam o monitoramento dez córregos e cinco lagos da região de atuação da organização. A frequência é anual, para os seguintes parâmetros de qualidade (nitrogênio, fósforo, bases, metais, temperatura e oxigênio dissolvido, pH, condutividade elétrica, sólidos totais em suspensão) e de quantidade (vazão) (6- PROGRAMA DE MONITORAMENTOS AMBIENTAIS_v2016). A organização também possui um monitoramento da qualidade do solo a fim de orientar ações relativas à manutenção e melhoria da qualidade do solo, com plantios de eucalipto (2017_P0375 Monitoramento e Melhoria Qualidade Solo_Guilherme).	N/A
d)	Sim	Malha viária e aceiros são mantidos em condições que não favorecem a erosão, conforme vistorias de campo. Durante a execução do PTEAS, realiza-se uma lista de verificações ambientais, onde inclui-se a existência de pontos críticos de erosão e ações para prevenção e controle de processos erosivos. Tais verificações são documentadas no PTEAS resultante e mapeadas para o planejamento de colheita, sendo que este inclui criteriosa avaliação de declividade que determina restrições às operações. Em auditoria de campo, não foram observados processos erosivos significativos e não mapeados.	N/A
4.3			
a)	Sim	A organização possui procedimentos relacionados a utilização de agrotóxicos que orientam as operações as operações de manejo florestal. Os procedimentos possuem informações sobre uso seguro de agrotóxicos, armazenamento, transporte e descarte de embalagens vazias. Nos treinamentos com os trabalhadores são reforçados os conceitos de aplicação de agroquímicos.	N/A
b)	Sim	O estoque de produtos químicos é controlado por um sistema de gestão de insumos químicos que possui planilhas de controles, apresentadas durante a auditoria, que contém o nome do produto e as quantidades mantidas em estoque. A planilha individual de consumo de agroquímicos demonstra o controle de sua utilização e contém informações sobre o Responsável pela utilização, Data de aplicação e Local de aplicação. Dessa forma a organização tem o controle do consumo diário, mensal e	N/A

		anual de cada insumo utilizado. O procedimento para gerenciamento de produtos químicos (PO543-V.10) tem por finalidade estabelecer os procedimentos para identificação, classificação, transporte, destinação e/ou disposição final de acordo com a legislação vigente assegurando a minimização de impactos nas unidades de manejo florestal da organização.	
c)	Sim	A organização não utiliza agrotóxicos banidos no Brasil, produtos classificados pela Organização Mundial de Saúde (WHO) como do tipo 1A ou 1B e aqueles à base de hidrocarbonetos clorados que não devem ser armazenados, manipulados ou utilizados.	N/A
d)	Sim	A organização apresentou os comprovantes de realização dos treinamentos fornecidos aos funcionários que fazem a aplicação e manuseio de agrotóxicos. Os treinamentos abordam questões relacionadas ao transporte, aplicação, armazenamento, tríplice lavagem, descarte de embalagens vazias e cuidados na utilização dos insumos, inclusive com noções sobre primeiros socorros em caso de intoxicação.	N/A
e)	Sim	O estoque de produtos químicos é controlado por um sistema de gestão de insumos químicos que possui planilhas de controles, apresentadas durante a auditoria, que contém o nome do produto e as quantidades mantidas em estoque. A planilha individual de consumo de agroquímicos demonstra o controle de sua utilização e contém informações sobre o Responsável pela utilização, Data de aplicação e Local de aplicação. Dessa forma a organização tem o controle do consumo diário, mensal e anual de cada insumo utilizado. O procedimento para gerenciamento de produtos químicos (PO543-V.10) tem por finalidade estabelecer os procedimentos para identificação, classificação, transporte, destinação e/ou disposição final de acordo com a legislação vigente assegurando a minimização de impactos nas unidades de manejo florestal da organização.	N/A
f)	Sim	A organização apresentou os comprovantes de realização dos treinamentos fornecidos aos funcionários que fazem a aplicação e manuseio de agrotóxicos. Os treinamentos abordam questões relacionadas ao transporte, aplicação, armazenamento, tríplice lavagem, descarte de embalagens vazias e cuidados na utilização dos insumos, inclusive com noções sobre primeiros socorros em caso de intoxicação.	N/A
g)		A organização possui procedimentos relacionados a	

	Sim	utilização de agrotóxicos que orientam as operações as operações de manejo florestal. Os procedimentos possuem informações sobre uso seguro de agrotóxicos, armazenamento, transporte e descarte de embalagens vazias. Nos treinamentos com os trabalhadores são reforçados os conceitos de aplicação de agroquímicos.	N/A
h)	Sim	A organização possui procedimentos relacionados a utilização de agrotóxicos que orientam as operações as operações de manejo florestal. Os procedimentos possuem informações sobre uso seguro de agrotóxicos, armazenamento, transporte e descarte de embalagens vazias. Nos treinamentos com os trabalhadores são reforçados os conceitos de aplicação de agroquímicos.	N/A
i)	Sim	A organização possui procedimentos relacionados a utilização de agrotóxicos que orientam as operações as operações de manejo florestal. Os procedimentos possuem informações sobre uso seguro de agrotóxicos, armazenamento, transporte e descarte de embalagens vazias. Nos treinamentos com os trabalhadores são reforçados os conceitos de aplicação de agroquímicos.	N/A
j)	Sim	O procedimento PO375-V.9 (Monitoramento manutenção e melhoria do solo para cultivo de eucalipto) tem como objetivo descrever as variáveis, responsabilidades e ações adotadas no monitoramento nutricional das florestas de eucalipto. A recomendação ou não de adubações complementares é baseada na análise conjunta do balanço de nutrientes, na biomassa, na quantidade de nutrientes disponíveis no solo e nas estimativas de demanda pelos nutrientes para uma determinada expectativa de produtividade na idade de corte. Recomendações frequentes de adubações complementares podem indicar a necessidade de revisão e/ou ajuste da estratégia de fertilização adotada.	N/A
4.4			
a)	Sim	O procedimento para gerenciamento de produtos químicos (PO543-V.10) especifica o tratamento de resíduos sólidos no manejo florestal.	N/A
b)	Sim	Os produtos químicos e resíduos líquidos e sólidos são devidamente destinados, conforme legislação vigente, evitando-se assim impactos ambientais, sendo encaminhados a empresas devidamente licenciadas para a execução de descarte apropriado. A organização faz o descarte de resíduos perigosos, inclusive de embalagens de agrotóxicos. Os registros desses descartes foram avaliados durante análise documental durante a auditoria.	N/A

		Apresentou notas fiscais de destinação de embalagens. A gestão dos resíduos e destinação dada é toda realizada por uma empresa terceirizada que atua como parceira da organização.	
c)	Sim	Os produtos químicos e resíduos líquidos e sólidos são devidamente destinados, conforme legislação vigente, evitando-se assim impactos ambientais, sendo encaminhados a empresas devidamente licenciadas para a execução de descarte apropriado. Os registros desses descartes foram avaliados durante análise documental durante a auditoria e evidenciados na prática durante as visitas de campo às frentes de trabalho.	N/A
d)	Sim	O procedimento para gerenciamento de produtos químicos (PO543-V.10) trata das ações implantadas pela organização para proceder em casos de acidentes com produtos químicos e define os procedimentos a serem adotados em eventuais. O referido procedimento descreve as ações no caso de vazamento de produtos químicos.	N/A
e)	Sim	A organização possui um sistema de monitoramento e controle de emissões gasosos de veículos e equipamentos por meio do monitoramento de inspeção de segurança veicular (P0708 – Inspeção de Segurança Veicular e Emissão de Gases no Processo Florestal, versão 08) que estabelece todas as diretrizes para a realização das atividades de inspeção, regulação de sinistros e regulação de reformas de equipamentos, bem como a definição dos requisitos de idade de veículos e equipamentos florestais (Relatórios de inspeção; Cronograma inspeções).	N/A
Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.			
5.1			
a)	Sim	A organização realiza uma avaliação de impactos socioeconômicos associados às atividades de manejo florestal por meio de visitas a moradores e reuniões nas comunidades afetadas. Essa avaliação é sistematizada junto com a avaliação das áreas operacionais no PTEAS, que orienta as equipes no tratamento de impactos. Entretanto, foi identificado durante auditoria de campo e em entrevistas às partes interessadas, que há impactos sofridos que não constam dos levantamentos e dos planejamentos das operações como, por exemplo, o barulho da colheita noturna em comunidades muito próximas às áreas de manejo e a captação de água por caminhões pipa (OBS #02/17).	OBS #02/17
b)	Não	Com relação aos impactos advindos diretamente das	NCR #03/17,

		<p>operações florestais, foi verificado que não há análise crítica para verificação da efetividade dos resultados das medidas de mitigação. Quanto aos programas de desenvolvimento social, foi verificado que, apesar de existir um conjunto de indicadores e metas estabelecidas, estes não respondem diretamente aos objetivos estabelecidos em cada projeto e não são suficientemente consistentes para a avaliação da efetividade dos resultados e tomada de decisão sobre ajustes que devem ser realizados (Relatórios de projetos; Relatório sobre Índice de Sustentabilidade Cenibra para projetos de geração de renda nas comunidades das áreas de atuação, 2015-2016; Ficha de avaliação de projetos sociais (individual/coletivo) janeiro a dezembro 2016) (NCR #03/17).</p> <p>Embora existam medidas para mitigação e compensação, elas podem não estar sendo proporcionais aos impactos socioeconômicos avaliados, especialmente levando-se em consideração as falhas apontadas anteriormente quanto à avaliação de impactos e registros de demandas, ações tomadas e respostas fornecidas às partes interessadas (OBS #03/17).</p>	OBS #03/17
c)	Sim	<p>A organização apoia projetos sociais, que são documentados e monitorados. Há projetos de agricultura, por exemplo, que respondem diretamente ao impacto regional concentração fundiária, são monitorados há dois anos e apresentam resultados tais como: fortalecimento da rede de proteção ao agricultor familiar; acesso à aposentadoria rural; aumento da segurança alimentar. Pode ser citado o exemplo também de projeto de apoio ao artesanato com palha, que valoriza práticas tradicionais da região.</p> <p>Embora a organização possua um número reduzido de trabalhadores terceirizados foi evidenciado a ausência de avaliação e de esforços para potencializar os impactos sociais e econômicos provindos da contratação de trabalhadores terceirizados. A organização não possui um instrumento para avaliação das diferenças de benefícios entre os trabalhadores próprios e terceirizados (e entre trabalhadores terceirizados de diferentes EPSs) (OBS #04/17).</p>	OBS #04/17
d)	Sim	<p>A organização identificou, a partir de fontes diversas (Fundação Palmares, ONG com atuação estadual, Correios), aproximadamente de 70 comunidades que</p>	OBS #05/17

		<p>podem apresentar traços de tradicionalidade (quilombolas e indígenas) na região em que atua. A maioria delas foi mapeada, entretanto, somente a metade foi visitada pela equipe técnica da organização para verificação e caracterização e não há cronograma previsto para a finalização do levantamento aprofundado (OBS #05/17).</p> <p>Os trabalhos de avaliação de impactos e definição de medidas de mitigação e compensação relativos às populações tradicionais são realizados conjuntamente para todas as comunidades afetadas. A organização respeita o direito à autoidentificação dessas populações (Mapa; Relatório Comunidades Tradicionais, Junho/2012 versão 3).</p>	
e)	Sim	<p>A organização identificou, a partir de fontes diversas (Fundação Palmares, ONG com atuação estadual, Correios), aproximadamente de 70 comunidades que podem apresentar traços de tradicionalidade (quilombolas e indígenas) na região em que atua. A maioria delas foi mapeada e a metade foi visitada pela equipe técnica da empresa para verificação e caracterização.</p>	N/A
f)	Sim	<p>A organização possui procedimento (Norma de Recrutamento e Seleção DIR0904, Rev.1) que estabelece a priorização do processo de recrutamento externo com a participação de candidatos residentes nos municípios de atuação da organização. Foi apresentado uma lista com o registro dos municípios de residências dos seus trabalhadores “contratações por cidades de residência 2016-2017). Em auditoria de campo foram evidenciadas contratações de aproximadamente 30 trabalhadores na comunidade de Boa Vista, no município de Virgíópolis/MG.</p>	N/A
g)	Sim	<p>Em auditoria de campo foram evidenciadas contratações de prestadores de serviços nos municípios de atuação da organização e parceria com drogarias localizadas nas comunidades de atuação do empreendimento, as quais fornecem medicamentos para os trabalhadores da organização com descontos subsidiados pela organização (Comunidade Boa Vista em Virgíópolis/MG). A organização desenvolve desde agosto de 2016 o projeto Encadeamento Produtivo em parceria com o SEBRAE de Minas Gerais. O projeto já fomentou capacitações de 13 pequenas empresas locais (potencias fornecedoras da organização) por meio de consultorias especializadas nas áreas de gestão financeira, legislação trabalhista e ambiental. Em 2016, a organização gastou 624 milhões</p>	N/A

		(50% do total) com fornecedores no estado de Minas Gerais (Cenibra e Comunidade Interação – Ano VI – número 18 – jan a mar 2017). A organização também possui um programa de Fomento local, em parcerias com pequenos e médios produtores florestais e programas de incentivo ao empreendedorismo local como apicultura e agricultura familiar.	
h)	Sim	A organização fornece para seus trabalhadores próprios e seus dependentes plano de saúde, convênio farmácia e assistência odontológica. Na avaliação documental amostral foi evidenciado que três EPSs também oferecem Plano de Saúde familiar para seus funcionários e dependentes no modelo de co-participação (Acordo Coletivo 20016-2018; Acordo Moraes 2017; e folhas de pagamento). Os trabalhadores próprios e trabalhadores de suas EPSs participam de campanhas de prevenção que abordam temas sobre doenças sexualmente transmissíveis, álcool e drogas, meio ambiente, segurança.	N/A
i)	Sim	A organização por meio do Instituto Cenibra realiza parceria com 13 associações que utilizam a área da empresa para produção do mel, via Projeto Parceria com Apicultores. Atualmente, o projeto beneficia mais de 500 produtores. Do ponto de vista ambiental colaboram com a organização na proteção de corte ilegal de madeira nativa, caça e pesca predatória. A organização também desenvolve desde agosto de 2016 o projeto Encadeamento Produtivo em parceria com o SEBRAE de Minas Gerais. O projeto já fomentou capacitações de 13 pequenas empresas locais (potenciais fornecedoras da organização) por meio de consultorias especializadas nas áreas de gestão financeira, legislação trabalhista e ambiental (Cenibra e Comunidade Interação – Ano VI – número 18 – jan a mar 2017).	N/A
j)	Sim	A organização realiza diversos treinamentos de educação ambiental para seus trabalhadores próprios e terceirizados. Possui um procedimento (PO619 - Procedimento de Treinamentos e Desenvolvimento) que estabelece os critérios para organização dos treinamentos obrigatórios e complementares, entre eles o treinamento de empregados sob controle da Cenibra de modo a garantir o conhecimento em relação preservação do meio ambiente, qualidade e prevenção de impactos ambientais significativos. Na avaliação documental foi evidenciado a participação dos funcionários próprios e terceiros nos treinamentos de educação ambiental (Lista de Treinamento de Motosserra).	N/A

5.2			
a)	N/M	Critério não monitorado	N/A
b)	Sim	A organização possui um conjunto de ferramentas de consulta e diálogo junto às comunidades afetadas pelo manejo florestal (0800 para incêndios, Fale Conosco, site e e-mail institucional, redes de monitoramento de odor e transporte, visitas de campo das equipes da área social, equipes operacionais). Entretanto, foram identificadas situações em que esse conjunto de ferramentas não garante efetiva comunicação, sendo necessário desenvolver ferramentas adequadas, inclusive demandando maior atuação das equipes sociais. É o caso, por exemplo, de comunidades cercadas por plantios de eucalipto e sem acesso, ou com acesso precário, à linha telefônica ou à internet (PO552 - Comunicação com partes interessadas – Corporativo, versão 14; Análise crítica da comunicação com parte interessada – 2016 Registros de comunicação com partes interessadas, 2006 a 2017) (OBS #06/17).	OBS #06/17
c)	Não	A organização apresentou o documento (PO552 - Comunicação com partes interessadas – Corporativo, versão 14 que aponta um fluxo de recebimento e tratamento de queixas e demandas de partes interessadas, no qual se especifica: o recebimento, a análise, a definição de plano de ação, o contato com a parte reclamante, a implantação de ações e a verificação de eficácia. Durante auditoria de campo e análise documental foi verificado que existem situações comuns em que as áreas operacionais recebem demandas e reclamações de partes interessadas, às vezes encaminham tratativas, mas que não são registradas. Também não são sistematizadas no sistema de gestão de informações, comentários e ações acordadas nos levantamentos participativo de impactos no período pré-operações (Sistema de gestão de informações; Registros de comunicação com partes interessadas – 2006/2017; Análise crítica da comunicação com partes interessadas - 2016) (NCR #04/17).	NCR #04/17
d)	N/M	Critério não monitorado	N/A